



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Davi Ferreira Lima**

**A formação do capitalismo brasileiro: o papel do reacionarismo na consolidação da dependência**

Juiz de Fora  
2026

**Davi Ferreira Lima**

**A formação do capitalismo brasileiro: o papel do reacionarismo na consolidação da dependência**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Ma. Sandra Rodrigues dos Santos

Juiz de Fora

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Davi Ferreira Lima
Matrícula Discente	202219003
Título do TCC	<b>A formação do capitalismo brasileiro: o papel do reacionarismo na consolidação da dependência</b>
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Prof <sup>ª</sup> Ma. Sandra Rodrigues dos Santos
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	23 de janeiro de 2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Ma. Jéssica Ribeiro Duboc Dr. Anderson Martins Silva Ma. Sandra Rodrigues dos Santos

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 23 de janeiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Rodrigues dos Santos, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2821663** e o código CRC **91C4ED60**.



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: ( X ) presencial ( ) virtual ( ) híbrido

Ata da sessão ( X ) pública ( ) privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "**A formação do capitalismo brasileiro: o papel do reacionarismo na consolidação da dependência**", para fins de obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, pelo(a) discente Davi Ferreira Lima (matrícula 202219003), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Ma. Sandra Rodrigues dos Santos, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao 23º dia do mês de janeiro do ano de 2026, às 14h00 horas, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Ma.	Sandra Rodrigues dos Santos	Orientadora
Ma.	Jéssica Ribeiro Duboc	Membro da banca
Dr.	Anderson Martins Silva	Membro da banca

\*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

### AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

( X ) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100 (cem pontos)

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

### INFORMAÇÕES

**Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.**

Juiz de Fora, 23 de janeiro de 2026.

### Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Rodrigues dos Santos, Professor(a)**, em 25/01/2026, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Ribeiro Duboc, Professor(a)**, em 26/01/2026, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MARTINS SILVA, Usuário Externo**, em 26/01/2026, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi Ferreira Lima, Usuário Externo**, em 28/01/2026, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2821644** e o código CRC **4F66964F**.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Davi Ferreira.

A formação do capitalismo brasileiro : o papel do reacionarismo na consolidação da dependência / Davi Ferreira Lima. -- 2026.  
80 f.

Orientadora: Sandra Rodrigues dos Santos  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Formação social brasileira. 2. Capitalismo dependente. 3. Reacionarismo. I. Santos, Sandra Rodrigues dos, orient. II. Título.

## RESUMO

Esta análise foi realizada com o objetivo de identificar a particularidade da formação do capitalismo no Brasil, destacando o papel do reacionarismo no processo de consolidação da dependência brasileira a partir da atuação de dois movimentos políticos desse campo: o integralismo e a União Democrática Nacional (UDN). A pesquisa fundamenta-se teoricamente na Teoria Marxista da Dependência e apoia-se na revisão da bibliografia especializada sobre o tema, recorrendo à análise documental e à produção de autores que se dedicam ao estudo dos movimentos políticos supracitados. Nas considerações finais, apontamos que os movimentos reacionários com maior força política desse período, a Ação Integralista Brasileira em 1930 e a União Democrática Nacional nas décadas de 1940 a 1960, apresentaram grandes diferenças, tanto em suas caracterizações, quanto em seus papéis para a consolidação da dependência. Aquela, com inspirações fascistas, porém sem ser classificada como tal, representou um reacionarismo antiliberal e anticomunista, ligado à oligarquia e avesso à interferência estrangeira no país; já esta, com a assimilação do liberalismo, de práticas autoritárias, sob influência do capital externo e com seu caráter elitista, teve um papel fundamental para o golpe civil-militar de 1964 e para a consequente consolidação do caráter dependente da economia brasileira, representando assim um reacionarismo vinculado aos interesses imperialistas.

**Palavras-chave:** formação social brasileira; capitalismo dependente; reacionarismo.

## RESUMEN

Este análisis se realizó con el objetivo de identificar la particularidad de la formación del capitalismo en Brasil, destacando el papel del reaccionarismo en el proceso de consolidación de la dependencia brasileña a partir de la actuación de dos movimientos políticos de ese campo: el integralismo y la Unión Democrática Nacional (UDN). La investigación se fundamenta teóricamente en la Teoría Marxista de la Dependencia y se apoya en la revisión de la bibliografía especializada sobre el tema, recurriendo al análisis documental y a la producción de autores que se dedican al estudio de los movimientos políticos precitados. En las consideraciones finales, señalamos que los movimientos reaccionarios con mayor fuerza política de ese periodo, la Acción Integralista Brasileña en 1930 y la Unión Democrática Nacional en las décadas de 1940 a 1960, presentaron grandes diferencias, tanto en sus caracterizaciones como en sus roles para la consolidación de la dependencia. Aquella, con inspiraciones fascistas, aunque sin ser clasificada como tal, representó un reaccionarismo antiliberal y anticomunista, vinculado a la oligarquía y opuesto a la interferencia extranjera en el país; mientras que esta, con la asimilación del liberalismo, de prácticas autoritarias, bajo la influencia del capital externo y con su carácter elitista, tuvo un papel fundamental en el golpe cívico-militar de 1964 y en la consecuente consolidación del carácter dependiente de la economía brasileña, representando así un reaccionarismo vinculado a los intereses imperialistas.

**Palabras clave:** formación social brasileña; capitalismo dependiente; reaccionarismo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
ED	Esquerda Democrática
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPMs	Inquéritos Policiais-Militares
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SC	Santa Catarina
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.....</b>	<b>12</b>
2.1 DETERMINAÇÕES GERAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	12
2.2 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	17
2.3 A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E DAS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE A PARTIR DA ESPECIFICIDADE BRASILEIRA....	25
<b>3 O PAPEL DO REACIONARISMO NA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....</b>	<b>42</b>
3.1 A CARACTERIZAÇÃO DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS.....	43
3.1.1 O FASCISMO EM SUA FORMA CLÁSSICA.....	44
3.1.2 O DEBATE SOBRE O REACIONARISMO NA AMÉRICA LATINA ENTRE OS DEPENDENTISTAS.....	50
3.2 O MOVIMENTO REACIONÁRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	55
3.2.1 O INTEGRALISMO.....	55
3.2.2 A UDN E A CONSOLIDAÇÃO DA DEPENDÊNCIA.....	61
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi investigar o(s) tipo(s) específico(s) de reacionarismo, inserido(s) na dinâmica do capitalismo brasileiro, e analisar seu papel na consolidação de um tipo específico de capitalismo, o capitalismo dependente. A análise teve como foco o período que antecede o Golpe Civil Militar de 1964 no Brasil, pois este, como será explicitado na pesquisa, foi um fenômeno essencial para a consolidação da subordinação da economia brasileira ao capital externo. Momento que também representou a retirada de direitos civis, a diminuição dos salários e a perseguição política contra aqueles que contestavam o regime.

Além deste objetivo geral, que guia toda a pesquisa, também tivemos como objetivos específicos: identificar a peculiaridade do capitalismo dependente brasileiro e o reacionarismo a ele correspondente; pesquisar expressões reacionárias no Brasil no decurso da década de 1930 à instauração do golpe de Estado de 1964; investigar as características e tendências que peculiarizam o reacionarismo nesse decurso histórico no Brasil.

Antes de prosseguirmos é necessário esclarecer que, mesmo nossa análise tendo como abrangência o período a partir da década de 1930, daremos ênfase às décadas de 1950 e 1960, momento que apresenta a dinâmica social que antecede imediatamente o golpe militar.

O debate sobre a formação social brasileira e sobre os fenômenos sociopolíticos que fizeram parte da história do país possuem diferentes perspectivas, mesmo dentre os autores que se inserem na tradição marxista. É possível observar essa divergência em temas como a revolução burguesa no Brasil; a constituição do capitalismo no país; a peculiaridade do reacionarismo aqui estabelecido e como este pode ser caracterizado; entre outros. Dessa maneira, um primeiro motivo para a realização da análise sobre a particularidade do reacionarismo na formação social brasileira, se dá por considerarmos que os debates mencionados não estão finalizados. Autores como Florestan Fernandes (1975; 2006); José Chasin (2000); Ruy Mauro Marini (2013; 2017; 2018; 2025); Theotônio dos Santos (2020; 2021) e Vânia Bambirra (2013), se posicionam com algumas divergências nesses debates, adotando diferentes categorias de análise e partindo de premissas distintas. Trata-se de diferentes concepções sobre a revolução burguesa: Marini (2013) comenta que a revolução burguesa no Brasil é um fenômeno que ocorre antes da monopolização do capital em terras nacionais; Chasin (2000) aponta que não houve uma revolução burguesa no país, pelo menos não em seu molde clássico; Fernandes (2006) expõe que a revolução burguesa é concluída a partir da modernização conservadora da autocracia burguesa (ditadura empresarial-militar do pós-1964).

Ciente das divergências entre os autores, realizamos a opção teórica e analítica de nos orientarmos pela Teoria Marxista da Dependência (TMD)<sup>1</sup>, e considerando, sobretudo, as contribuições de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, expoentes desta tradição, é necessário realizar o aprofundamento na formação social brasileira.<sup>2</sup>

Marini (2013; 2017; 2025), concebe que a economia brasileira — e latino-americana como um todo — surgiu vinculada aos interesses dos países do capitalismo central — países colonialistas e imperialistas da Europa, e Estados Unidos da América (EUA). Portanto, desde o período colonial, o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho (DIT) de maneira subordinada e representou um importante fator para o desenvolvimento do próprio capitalismo europeu.

Bambirra (2013) indica a ligação do do capitalismo latino-americano com o desenvolvimento mundial do capitalismo, em uma relação de subordinação daquele com os países centrais deste sistema. A autora com sua investigação sobre as especificidades da América Latina, conclui que no subcontinente também há uma diferença no grau de desenvolvimento entre os países, ou seja, dentro desse modelo subordinado de capitalismo, algumas experiências apresentaram uma maior industrialização em períodos anteriores, e outras, só foram apresentar tal fenômeno depois da hegemonia estadunidense no sistema global, que ocorre após a Segunda Guerra Mundial.

Santos (2021) também expõe a relação subordinada da economia latino-americana. O autor aponta que o colonialismo e o imperialismo constituíram, na região, essa relação de dependência. Além disso, o autor analisa a formação das classes e do Estado no Brasil, demonstrando suas especificidades, constituídas a partir dessa dinâmica dependente.

Dessa forma, o capitalismo que se desenvolveu no Brasil, apresentou características peculiares, como a permanência de uma superexploração da força de trabalho e da transferência do mais-valor<sup>3</sup> gerado em direção às potências estrangeiras; a quebra do ciclo do capital; e a insuficiência do mercado interno. Os teóricos da TMD caracterizaram este tipo peculiar de capitalismo como capitalismo dependente. Por conta de todas essas características,

---

<sup>1</sup> No decorrer desta monografia usaremos, para referir à “Teoria Marxista da Dependência”, apenas a sigla “TMD”.

<sup>2</sup> As obras de Florestan Fernandes e José Chasin se encontram nas referências, ao final da exposição. Apesar de não ter constituído a fundamentação teórica da pesquisa, Chasin nos auxiliou para a análise do integralismo.

<sup>3</sup> Teoricamente optamos pela tradução realizada por Rubens Enderle de O capital publicado pela Boitempo (2017). No entanto, respeitamos, em citações diretas, quando a categoria é apresentada como mais-valia.

as classes que integram essa realidade, também possuem especificidades, como por exemplo a debilidade organizativa do proletariado, que submetido a uma maior exploração, a uma violência de classe mais intensa, por parte das classes dominantes e seu autoritarismo, e uma “concorrência” elevada entre o próprio proletariado, tendo em vista o exacerbado exército industrial de reserva<sup>4</sup>, este possui meios menos eficazes de tensionar politicamente por suas reivindicações.

No entanto, uma questão que gerou debates dentro da TMD foi a caracterização do caráter reacionário das ditaduras militares latino-americanas. Para o estudo do reacionarismo constituído no subcontinente, Santos (2020) apresenta a categoria de “fascismo dependente”. A partir desta análise, o autor caracteriza como “fascistas dependentes” até mesmo os Estados estabelecidos com os processos ditatoriais da América Latina, na segunda metade do século XX. Já Marini (2018), percebe esses Estados como “contrainsurgentes”, e em alguns momentos aponta aspectos fascistas nos movimentos reacionários desse período; o que abre espaço para maiores discussões sobre o caráter desses movimentos; sobre o surgimento deles a partir da formação social brasileira e sobre o papel deles na consolidação de determinado modelo sociopolítico e econômico.

Considerando as divergências no interior desta vertente marxista cremos ser relevante apreender a peculiaridade da base histórico-social que constitui o capitalismo dependente brasileiro, e como ela fundamenta o surgimento dessas tendências reacionárias, a partir disso analisar a especificidade desse reacionarismo e seu peso nos acontecimentos políticos do período de 1930 ao golpe de 1964, especialmente das décadas de 1950 e 1960, marco temporal que foi central para a consolidação de um processo de formação social, econômica e política no Brasil. Fato que demonstra a relevância e contribuição desta pesquisa e do objeto a ser analisado.

A escolha por analisar a peculiaridade da formação do capitalismo brasileiro e em seu processo de consolidação o papel dos movimentos reacionários, com destaque para o Integralismo e UDN, também se deu pela necessidade em contribuir para a identificação dos

---

<sup>4</sup> Para Marx, o exército industrial de reserva é a população trabalhadora que excede às necessidades de produção, e que por conta disso, representa um aspecto essencial para a valorização e acumulação capitalista. “Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (Marx, 2017, p. 707).

fenômenos da recente radicalização reacionária na política e na sociedade brasileira — que mesmo tendo outras especificidades, também se insere na dinâmica do capitalismo dependente. Grupos de extrema-direita, em meio a projetos políticos e sociais retrógrados — no que se refere à diversas questões, como a questão racial; sexual; e de gênero —, com a assimilação do projeto econômico neoliberal<sup>5</sup>, conquistaram o protagonismo nas disputas políticas e eleitorais do país. Estes grupos ganharam espaços cada vez maiores no debate público, por motivos que, apesar de não termos condições para aprofundar neste momento, nos interessa investigar em pesquisas futuras, alcançado até mesmo a presidência da República no ano de 2018, além da expressiva bancada no poder legislativo até os dias atuais.

A pesquisa dispõe das contribuições da TMD como fundamentação teórica, e se apoia em uma revisão bibliográfica especializada sobre o objeto analisado. Além do mais, realizamos a pesquisa a partir do seguinte pressuposto analítico: o processo metodológico inaugurado por Karl Marx oferece as contribuições que mais auxiliam na compreensão de nosso objeto. Tendo em vista que, a partir da orientação disposta nas obras marxianas e explicitada de forma mais direta em alguns momentos pelo próprio autor, é possível apreender o real e desvendar suas determinações.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 2011, p. 54).

Como mencionado acima, para desvendar um fenômeno concreto, é preciso apreender os fenômenos mais simples que o integram. Isso ocorre porque os conceitos não existem *a priori*; são abstrações mentais que tentam apreender os fenômenos da materialidade. Então, por exemplo, como Marx comenta, “população” só pode ser concebida com o desvendamento

---

<sup>5</sup> Renata Cardoso e Felipe Brito (2021) comentam sobre esse fenômeno em um artigo denominado “O governo militar de Bolsonaro é neoliberal?” publicado no blog da Boitempo: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/13/o-governo-militar-de-bolsonaro-e-neoliberal/>

dos conceitos e categorias mais simples que a constituem. Dessa maneira, para apreender a essência desses fenômenos, é necessário reproduzi-los a partir de abstrações mentais, tendo em vista essa correlação entre o simples e o complexo.

De modo mais objetivo, José Paulo Netto (2011), em sua obra *Introdução ao Estudo do Método de Marx*, apresenta o método em Marx como a apreensão do real, de modo a extrair sua lógica e assimilar sua totalidade, suas contradições e sua processualidade, ou seja, sem impor uma lógica idealista ao real.

Nesse sentido, para alcançar a essência de nosso objeto, a pesquisa teve um caráter qualitativo e foi realizada uma revisão bibliográfica, com o aprofundamento em referências de intelectuais que discutem a formação social brasileira, a especificidade do capitalismo e do reacionarismo no Brasil. Além disso, também foi efetuada uma análise documental. Em um pequeno trecho, Antonio Carlos Gil (2008), ao discutir sobre as ferramentas de pesquisa, apresenta a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a análise documental:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008. p. 51).

É preciso destacar que para realizar a análise documental, foram pesquisadas e selecionadas formulações dos próprios movimentos reacionários, bem como de intelectuais que serviram de base para tais grupos. Todos esses documentos foram pesquisados em livros, artigos, teses e dissertações que abordam o tema pesquisado, e quando foi possível, também tivemos acesso ao próprio documento por meio digital.

A escolha da análise documental como uma das ferramentas da pesquisa se deu, pois, fez-se necessário entender como esses movimentos se difundiam e quais eram suas propostas no período analisado. E com o auxílio da revisão bibliográfica foi possível ter a apreensão da lógica do modo de produção capitalista; das particularidades do capitalismo brasileiro; e das especificidades do movimento reacionário no país nas décadas de 1930 a 1960, com ênfase no período do golpe militar de 1964.

Com relação à exposição do presente estudo, cumpre alertar ao leitor que optamos por dividi-la em dois capítulos: O primeiro capítulo, denominado *A Particularidade Do Capitalismo Dependente Brasileiro*, que representa o tópico de número 2 desta monografia, foi dividido em três subtópicos e tem como objetivo apreender as determinações gerais do capitalismo dependente; o funcionamento do ciclo do capital neste tipo de capitalismo e a especificidade do capitalismo dependente brasileiro, juntamente com uma exposição histórica que demonstra tais

particularidades. Já o tópico de número 3, que abrange o segundo capítulo da monografia, denominado *O Papel Do Reacionarismo Na Consolidação Do Capitalismo Dependente* e que possui dois subtópicos, contendo duas seções cada; abrange o debate sobre o fascismo clássico e a caracterização feita pelos integrantes da TMD sobre a possibilidade de um fascismo inserido na dinâmica dependente. Além disso, o capítulo também contempla uma análise sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e sobre a União Democrática Nacional (UDN), dois partidos, conhecidamente reacionários, de diferentes períodos do Brasil. A partir desta análise, foi discutida a caracterização desses tipos de reacionarismo; o caráter de classes desses movimentos; o autoritarismo e o golpismo representativos desses grupos; e o papel que exerceram sobre a particularidade do capitalismo consolidado no Brasil. Por fim, em nossas considerações finais, concluímos que, inseridos em um dinâmica dependente, os movimentos reacionários supracitados possuíram especificidades que os diferenciam dentro do campo reacionário, fazendo com que apresentassem aspectos diversos e papéis distintos em relação à consolidação da economia dependente, ocorrida no Brasil no século XX.

## 2 A PARTICULARIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar, a partir da contribuição dos teóricos da TMD, como os países da América Latina, especificamente o Brasil, se inserem na divisão internacional do trabalho de forma dependente. Para isso, será necessário indicar o significado dessa particularidade, no que ela se diferencia do capitalismo clássico. Para seguir esse caminho é essencial assinalar a inserção do capital externo e do imperialismo sobre as economias dependentes latino-americanas, especialmente a brasileira, identificando a peculiaridade da formação social do país, no que tange ao funcionamento do ciclo do capital, à constituição das classes sociais, do Estado e da revolução burguesa operada pela classe dominante. O objetivo é estudar esses fenômenos a partir da realidade sócio-histórica brasileira, para na sequência apresentar as bases econômicas, políticas e sociais do reacionarismo que se constitui no Brasil, sobretudo no estágio da consolidação do capitalismo dependente durante o período do regime da ditadura do grande capital, como caracteriza Marini (2013), instaurado no país entre os anos de 1964 e 1985.

Para tanto, o presente capítulo encontra-se dividido do seguinte modo: o primeiro subtópico, denominado *Determinações Gerais Do Capitalismo Dependente*, apresentará as especificidades do capitalismo dependente na América Latina, a partir da TMD; o segundo, *O Ciclo Do Capital Na Economia Dependente: A Particularidade Brasileira*, possui o objetivo de indicar a particularidade apresentada pelo ciclo do capital na economia dependente, demonstrando esse fenômeno, historicamente, a partir da realidade brasileira; por fim, no terceiro tópico deste capítulo, intitulado *A Configuração Do Estado E Das Classes Sociais No Capitalismo Dependente A Partir Da Especificidade Brasileira*, será destacado o surgimento e as características das classes sociais e do Estado na dinâmica dependente, com uma ampla exposição histórica das décadas de 1930 a 1960.

### 2.1 DETERMINAÇÕES GERAIS DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Ruy Mauro Marini (2013; 2017) analisa o capitalismo na América Latina e o caracteriza enquanto dependente. A dinâmica dependente segundo o autor, como será detalhado no tópico 2.2, apresenta pilares fundamentais: a superexploração da força trabalho, a transferência de valor da economia dependente aos países do capitalismo central, a quebra no ciclo do capital, que se relaciona com a atrofia, ou insuficiência, do mercado interno. Além disso, de acordo com Marini, a economia latino-americana esteve vinculada aos interesses do recém difundido capitalismo europeu desde os tempos da colônia.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 2017, p. 327).

Com o desenvolvimento da indústria local e a constituição do capitalismo na região, essa vinculação adquiriu novos arranjos e se fortaleceu, tendo em vista a inserção do país na divisão internacional do trabalho de maneira subordinada, o que determinou o capitalismo dependente.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2017, p. 327).

É perceptível a interligação entre o colonialismo e em seguida o imperialismo<sup>6</sup> com a constituição da dependência latino-americana. Como demonstra Theotônio dos Santos (2021), a dependência surge por intermédio de um sistema internacional, a princípio guiado pelos países centrais do capitalismo Europeu, e depois da Segunda Guerra Mundial, com a fragilização da Europa, hegemônico pelos Estados Unidos, que possui interesses específicos em cada época histórica para as economias dependentes.

O objetivo fundamental deste sistema internacional era a obtenção de riquezas e lucros para os grupos dominantes dos países centrais. No período da Colônia, a Europa comercial e manufatureira demandava metais preciosos e produtos agrícolas tropicais que não podia produzir. No século XIX a Europa capitalista industrial pedia matérias-primas para as suas fábricas e produtos agrícolas para seus trabalhadores e para sua população urbana. Ao mesmo tempo, necessitava de mercado para seus produtos manufaturados. No século XX, os Estados Unidos, a Europa e posteriormente o Japão necessitam de mercados para seus capitais excedentes, suas maquinarias etc., e ainda demandam matérias-primas, produtos agrícolas e alguns produtos industriais (Dos Santos, 2021, p. 20).

---

<sup>6</sup> Segundo Lênin (2021), imperialismo é o estágio do capitalismo em que o capital monopolista realiza a “partilha do mundo”; é a evolução da livre concorrência, que a partir da acumulação de capital, nega a si própria e oferece as condições para o surgimento dos monopólios, com protagonismo especial o capital financeiro. “O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capital, deu-se início à partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os grandes capitalistas” (Lênin, 2021, loc. 2278).

Essa relação de dependência dá novas possibilidades para o desenvolvimento do capitalismo europeu e traz duras consequências para o proletariado dos países de capitalismo dependente, pois ele é submetido a um tipo particular de exploração econômica, fenômeno que será exposto de maneira mais aprofundada no tópico 2.2 desta monografia.

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite, à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2017, p. 328).

Portanto, o caráter dependente do capitalismo se vincula à transferência de valor para os centros capitalistas, devido aos investimentos estrangeiros no ciclo do capital dependente e gera uma realidade ainda mais dura para os trabalhadores inseridos nessa dinâmica. Esse fenômeno não se encerra em trabalhos mais exaustivos, ele também envolve uma diminuição do preço da força de trabalho, abaixo do valor necessário para a manutenção das condições de vida do proletariado.

Vânia Bambilra (2013), teórica que também se vincula à TMD, em seu livro “O Capitalismo Dependente Latino-Americano”, também aponta esse atrelamento do desenvolvimento do capitalismo latino-americano com a expansão do capitalismo mundial, dirigida pelos países centrais desse sistema.

A autora formula uma tipologia para interpretar a realidade dos países latino-americanos, e os divide em dois tipos. Aqueles países que já tinham passado por um processo de industrialização até o fim da Segunda Guerra Mundial<sup>7</sup>, embora sua economia ainda fosse hegemônica pelo setor primário-exportador, a autora classifica como “países com início antigo de industrialização” (Bambilra, 2013, p.58), ou de “tipo A”. Já os países que não tinham passado por um desenvolvimento industrial até esse período, ela identifica como “países cuja industrialização foi produto da integração monopólica (tipo B)” (Bambilra, 2013, p. 60).

Este processo de integração monopólica se estende para a América Latina, partindo de dois tipos de estruturas:

---

<sup>7</sup> O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, é utilizado como parâmetro por Bambilra (2013), pois a partir deste momento, ocorre uma “integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico — especialmente aos Estados Unidos [...]” (Bambilra, 2013, p. 55).

1. Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão.
2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial (Bambirra, 2013, p. 55).

De acordo com Bambirra (2013), dentre os países de “tipo A” estão: Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia e Uruguai. A teórica também apresenta diferenças entre esses países, como por exemplo a situação campesina no México, que se demonstrou qualitativamente diferente dos outros países. Sendo assim, nesta pesquisa será utilizada a contribuição da autora para o entendimento do capitalismo dependente característico destes classificados como “tipo A”, e especificamente para o entendimento da formação social brasileira.

A autora aponta que nos países “de tipo A”, houve o desenvolvimento do mercado interno e uma certa industrialização entre os séculos XIX e XX. Buscando entender os motivos dessa industrialização, Bambirra aponta que esse processo se deu vinculado aos acontecimentos do capitalismo mundial, especialmente à segunda revolução industrial na metade final do século XIX (Bambirra, 2013, p. 65), que impulsionou a produção de matérias primas nesses países dependentes, para serem direcionadas ao capitalismo central.

Além disso, os países que lideraram a segunda revolução industrial, caracterizada pela criação do mercado de máquinas pesadas, necessitavam direcionar seus produtos a um mercado comprador, para concluir o ciclo do capital de suas mercadorias. Sendo assim, esse fenômeno também incitou o desenvolvimento do mercado interno dos países latino-americanos de “tipo A”, em que se situa o Brasil, tendo em vista que esse desenvolvimento foi realizado a partir da compra das máquinas produzidas externamente.

Processo exposto no seguinte trecho:

Produzem-se assim profundas transformações que tendem à modernização do sistema produtivo dos países dependentes, de modo que tal sistema possa responder a duas ordens de necessidades da expansão do capitalismo mundial: 1º. O aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados. [...] 2º. A expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais (Bambirra, 2013, p. 66).

O mercado interno dos países dependentes de “tipo A”, surge altamente vinculado com a demanda do capital externo e do setor exportador. Segundo Bambirra (2013), a intensificação da produção de matérias primas e produtos agrários para exportação

demandava o desenvolvimento do mercado interno, para suprir as necessidades de bens de consumo dos trabalhadores desses setores<sup>8</sup>. Todo esse processo gerou, de acordo com a autora, novas classes — a burguesia industrial; o proletariado e as classes médias — como “setores complementares” ao setor agro-exportador. No entanto, a nova burguesia industrial, por ter sua origem vinculada às demandas do setor agro-exportador — em certos casos, seus agentes também pertenceram às oligarquias — se desenvolve sem uma ruptura em relação às classes dominantes dos outros setores. Tendo em vista que “para o surgimento de uma burguesia industrial, o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido” (Bambirra, 2013, p. 69)<sup>9</sup>.

Por mais que o mercado interno que se desenvolve entre os séculos XIX e XX fosse complementar ao mercado exportador, ele também apresenta, como demonstra a teórica, “dinamismo próprio”, e se desenvolve para além das demandas diretas daquele setor, pois com a industrialização surgem novas demandas. E dessa forma, o setor responsável pelo mercado interno, também apresenta uma certa autonomia.

Sua dinâmica, ainda que esteja vinculada de forma subordinada à dinâmica do setor exportador, move-se de forma autônoma em relação a este, na medida em que seu desenvolvimento promove um novo processo econômico e se vincula também a esse novo processo econômico que é progressivamente gestado na sociedade: o processo de industrialização (Bambirra, 2013, p. 70-71).

Posteriormente, a autora expõe que essa autonomia decorre do desenvolvimento industrial urbano de responsabilidade deste setor, fator que apresenta sua “base econômica real” (Bambirra, 2013, p. 71).

[...] a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente.

Todo o aparelho produtivo industrial - que, mesmo precariamente, consolida as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se desenvolve para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais, empregados em serviço, etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora — tende a se expandir acentuadamente para satisfazer as novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso. E então são criadas indústrias de materiais de construção, têxteis, alimentos, móveis, etc (Bambirra, 2013, p. 74).

---

<sup>8</sup> Bambirra (2013) aponta que, diferente dos latifundiários, que supriam suas necessidades de produtos manufaturados por meio da importação; os assalariados rurais supriam tal necessidade com produtos nacionais.

<sup>9</sup> A dinâmica de classes do capitalismo dependente será desenvolvida no tópico 2.3 deste capítulo.

Com isso, é possível notar que a dinâmica do capitalismo dependente, especificamente a constituída nos países de “tipo A”, que inclui o Brasil, foi responsável pelo desenvolvimento de uma indústria vinculada às demandas dos setores agro-exportadores e do capital externo, e que em certa medida, apresenta autonomia e interesses próprios. É necessário conceber essas contradições, que se generalizam, de certa forma, na América Latina e a particularidade brasileira, para apreender a constituição do capitalismo dependente no país. Deste modo, no tópico seguinte trataremos sobre o ciclo do capital característico da economia dependente, e como este se particulariza no Brasil. Além disso, será explicitado como ocorre uma quebra nesse ciclo por conta da subordinação em relação ao capitalismo central.

## 2.2 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE: A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Marini (2025), em *O Ciclo do Capital na Economia Dependente*, analisa esse fenômeno e demonstra como o ciclo do capital se difere na economia dependente se comparado às economias do capitalismo central. O autor indica que sua análise se refere à economia dependente já desenvolvida, com a hegemonia, mesmo que comprometida<sup>10</sup>, da burguesia industrial interna (Marini, 2025, p. 179). Além disso, ele esclarece que em sua investigação, desmembra o ciclo do capital em três partes.

A primeira corresponde à fase de circulação, que podemos chamar de  $C_1$ , na qual se estuda o capital que, sob a forma dinheiro, comparece na circulação para adquirir, no ato de compra, meios de produção e contratar força de trabalho. A segunda corresponde à da acumulação e produção, mediante a qual o capital reveste-se da forma material de meios de produção e força de trabalho para, por meio de um processo de exploração, promover sua própria valorização, ou seja, a criação de mais-valor. A terceira é a segunda fase de circulação,  $C_2$ ; na qual o capital, sob a forma de mercadorias que contém o valor inicial mais o mais-valor gerado, entra no mercado para buscar sua transformação em dinheiro por meio do intercâmbio, da venda: o dinheiro resultante, se o ciclo se realiza normalmente, deve representar uma magnitude superior com relação ao capital monetário que se acumulou (Marini, 2025, p. 181).

É possível afirmar que o ciclo do capital é o percurso do capital, a partir do intercâmbio de mercadorias e de mudanças de formas desse capital para a sua acumulação. No entanto, em sua pesquisa, o autor concebe que a economia dependente possui particularidades significativas em seu ciclo do capital.

---

<sup>10</sup> A noção de “hegemonia comprometida” será desenvolvida no tópico 2.3 a partir da contribuição de Vânia Bambirra.

Em relação à primeira fase, a da circulação — ou “C<sub>1</sub>”, como Marini (2025) também denomina — o teórico percebe que na economia dependente há uma presença massiva do Estado, quando se trata dos investimentos no montante do capital monetário interno<sup>11</sup>. Além disso, ele também aponta a atuação do capital estrangeiro nos investimentos diretos e indiretos, que em suas palavras: “se integra ao e determina o ciclo do capital da economia dependente e, por conseguinte, seu processo de desenvolvimento capitalista [...]” (Marini, 2025, p.184).

Netto<sup>12</sup>, em seu livro *Pequena História da Ditadura Brasileira*, aponta como, no regime do pós-1964<sup>13</sup>, havia a presença massiva do capital estrangeiro e do Estado nesses investimentos.

Construiu-se um “modelo econômico” com forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, mas imprescindíveis ao crescimento (energia, estradas, siderurgia, telecomunicações) e garantidores de alta lucratividade para o grande capital, assim como a maior abertura possível do país ao capital estrangeiro (com a inevitável desnacionalização da economia) (Netto, 2014, p. 147).

O Estado Brasileiro atuou ativamente para garantir os interesses do capital externo, o que culminou no aumento expressivo deste no interior da economia brasileira, sobretudo, a partir do golpe da década de 1960.

Em meados dos anos 1970, com as facilidades oferecidas ao grande capital [...] (e não se esqueça da política de *arrocho salarial*, a que voltaremos), o panorama industrial brasileiro ganhou em amplitude e em diversificação, consolidando-se o processo de acumulação capitalista em que o já mencionado tripé (empresas estatais, grandes capitais estrangeiros e nacionais) se adensou, com a mais visível desnacionalização da economia. Em 1974, tomando-se, em termos de faturamento, as 200 maiores empresas industriais que operavam no país, constata-se que 41,6% delas eram estrangeiras, 35,3% estatais e 23,1% nacionais (Netto, 2014, p. 148-149).

A partir de Netto (2014), identifica-se que o capital externo se insere na economia dependente através de investimentos diretos ou indiretos. No primeiro caso as empresas estrangeiras adquirem propriedades nos países dependentes, conforme aponta Marini; já no segundo, realizam o investimento através de “empréstimos e financiamentos”. O autor expõe

<sup>11</sup> “No caso do Brasil, por exemplo, o Estado participa na formação do capital fixo, ou seja, instalações e maquinaria, com 60% do total anual, ficando somente 40% para o capital privado.” (Marini, 2025, p. 183). Conforme nota da tradução da edição, tais dados são referentes ao ano de 1969, segundo ano do chamado “milagre econômico”.

<sup>12</sup> José Paulo Netto (2010; 2014) se fundamenta nas análises de Florestan Fernandes. Por ser referência para o entendimento histórico do período da ditadura militar de 1964, nesta pesquisa, suas contribuições são evidenciadas para demonstrar historicamente os aspectos do capitalismo dependente.

<sup>13</sup> No tópico 2.3 desta pesquisa, será explicitado como houve a derrota do projeto nacionalista e a intensificação da dependência com o golpe de 1964.

que ao longo do tempo, o investimento indireto se tornou majoritário na América Latina (Marini, 2025, p. 184).

Contudo, o capital estrangeiro, ao ser investido no interior da economia dependente e ao terminar o ciclo de produção, tende a retirar desta economia, parcela do mais-valor produzido, como indica Marini:

Deve-se considerar, além disso, como já assinalamos, que o capital estrangeiro não se move apenas em um sentido, o da entrada na economia dependente, mas também no sentido inverso, o de saída em relação àquela. A partir do momento em que, cumprido o ciclo de produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção de mais-valor ele tem direito a uma parte dele sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de investimento direto ou indireto (Marini, 2025, p. 185).

Assim, mesmo que tal capital retorne à produção interna, ou permaneça nela, este retorno é realizado com apenas uma parte do mais-valor extraído, operando uma constante transferência de valor das economias dependentes aos países do capitalismo central.

Dando prosseguimento à análise da primeira etapa do ciclo do capital, Marini expõe outra característica desta, que diz respeito à origem dos meios de produção intercambiados pelo capital monetário. Ele comenta que uma parte dos meios de produção utilizados internamente para dar início à segunda etapa é comprada do exterior. Ou seja, muitas das vezes, uma parcela do capital externo, ao ser investido em uma economia dependente, se direciona ao exterior já na primeira etapa de todo o processo, pois é utilizado para a compra de meios de produção produzidos externamente.

Prossigamos com nossa análise da fase de circulação  $C_1$ , considerando agora o que acontece com o ato de compra, mediante o qual se dá o processo de acumulação. Havíamos visto que o capital monetário assume, pelo intercâmbio, a forma de meios de produção e força de trabalho, para dar lugar ao processo de produção. Com relação à força trabalho, de maneira geral e deixando de lado os casos específicos da mão de obra altamente qualificada, sabemos que se constitui dos trabalhadores nacionais, da classe operária nacional. Não ocorre o mesmo com os meios de produção que incluem matérias-primas, equipamentos e maquinaria, além de instalações e terra. Parte desses meios de produção tem uma origem interna: a terra, os materiais de construção, a maior parte das matérias-primas, parte dos equipamentos. A outra parte vem do exterior (Marini, 2025, p. 186).

O intercâmbio entre as economias é algo comum à economia capitalista, seja ela dependente ou não. Dessa forma, o que Marini indica de distinto nesse processo nas economias dependentes é que sua acumulação de capital é estruturada com base nessa importação dos meios de produção mais desenvolvidos. Esse fenômeno foge da tendência do capitalismo clássico, como expõe o teórico, tendo em vista que em seu processo de industrialização, a produção de bens de consumo se deu antes da produção de bens de capital

— maquinarias pesadas. Já na economia dependente, o que acontece é a importação de bens de capital para a produção de bens de consumo.

A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital. Com efeito, nos países capitalistas avançados, a tendência geral do processo de industrialização foi a de produzir primeiro bens de consumo para desenvolver depois a produção de bens de capital (Marini, 2025, p.186).

Marini (2025) conclui a análise dessa primeira fase do ciclo do capital nas economias dependentes afirmando que essas economias prolongam a produção de bens de consumo, passando a focar sua produção em “bens de consumo suntuários”, ou seja, bens de consumo que não se apresentam enquanto necessidades imediatas; bens de luxo. Além disso, o autor infere que as economias dependentes, no que se refere a essa primeira fase da circulação, são duplamente dependentes do capital externo, tanto pela necessidade de investimento em sua forma dinheiro, quanto pelo direcionamento de bens de capital.

A segunda etapa do ciclo do capital, ou seja, a fase em que ocorre a valorização do capital, a criação de mais-valor, na economia dependente, também ganha contornos específicos e é fortemente influenciada pela dinâmica ocorrida na etapa  $C_1$ .

Observemos que, dado o desnível tecnológico existente entre os países avançados e os dependentes, os meios de produção que provêm daqueles implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país dependente ou, inclusive, uma tecnologia que não existe neste. Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma dinheiro e sob a forma mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou as que correspondem a associações de capital interno e estrangeiro aquelas que tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção (Marini, 2025, p.188).

As empresas que detém acesso direto a essa elevação do nível tecnológico utilizado na produção, adquirem uma grande vantagem no mercado interno, tendo em vista a diminuição de seu custo de produção abaixo da média. O autor investiga esse fenômeno e indica duas possibilidades. A primeira ocorre quando essas empresas, mesmo suas mercadorias possuindo um menor valor de produção, tendo em vista o desenvolvimento produtivo já alcançado, as vendem pelo preço médio dentro da economia dependente. Neste caso, essas empresas alcançam um mais-valor extraordinário, como aponta Marini (2025). A segunda possibilidade se dá quando os agentes econômicos ligados ao capital externo reduzem o preço de suas mercadorias abaixo do valor médio e as vendem pelo preço de sua própria produção. Os dois cenários apresentam uma grande vantagem das empresas que atuam a partir do capital externo

e com bens de capital importados. Porém, o último cenário, como apresenta o teórico, é ainda mais grave, pois as empresas locais teriam um prejuízo maior frente a essa concorrência.

Nesse caso, as empresas que operam com nível médio passariam a sofrer perdas, podendo chegar à situação de ter de vender a preços inferiores a seus custos. O resultado inevitável seria a quebra dessas empresas e, à diferença da concentração de capitais que opera mediante o mecanismo do lucro extraordinário, o que teríamos seria uma centralização brutal do capital mediante a absorção dos capitais menores pelos maiores, devido à incapacidade dos primeiros para fazer frente à concorrência. Seja como for, o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce que se observa nas economias dependentes (Marini, 2025, p. 188-189).

De qualquer forma, essa vantagem adquirida por determinadas empresas por consequência do caráter dependente da economia, gera uma tendência à centralização e à monopolização do capital.

Tendo em vista esse fenômeno, o expoente da TMD examina qual é a reação das empresas que não se beneficiam desse aporte externo de bens de capital. Ele assinala que para recompor a taxa de mais-valor, esses setores passam a buscar meios de extrair ainda mais mais-valor da relação com o proletariado, e dessa forma a economia dependente tem como uma de suas particularidades fundamentais a superexploração da força de trabalho, que é entendida pelo autor como o rebaixamento artificial do preço da força de trabalho abaixo de seu valor real.

Essa reação consiste em, diante da sangria crescente de seu mais-valor, e dada a impossibilidade de detê-la mediante o aumento da produtividade do trabalho, tais empresas médias e pequenas tratam de recompor sua taxa de lucro mediante a elevação da taxa de mais-valor, obtida à custa de — sem variação significativa na produtividade — extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor e, por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores (Marini, 2025, p.190).

Em um diálogo entre Marx e Marini, Georgette Ramírez Kuri e Thays Fidelis (2024), destacam que o valor diário da força de trabalho é constituído pelos valores dos bens necessários para sua reprodução. No entanto, sustentam, a partir de Marx, que de acordo com as particularidades impostas pela acumulação capitalista e pela condição objetiva da classe trabalhadora, essa reprodução da força de trabalho pode se dar de maneira atrofiada — quando o preço pago por essa força de trabalho é inferior ao valor necessário para sua reprodução em condições normais.

Sin embargo, entendiendo las condiciones, los hábitos y aspiraciones que constituyen a la clase trabajadora, las particularidades de la reproducción y acumulación del capital en las diversas formaciones sociales, y la determinación del valor de la fuerza de trabajo para su reproducción en condiciones normales, el precio de la fuerza de trabajo puede pagarse de manera inferior al mínimo necesario para la reproducción normal, o sea, por debajo de su valor (Kuri; Fidelis, 2024, p. 73).

Kuri e Fidelis (2024) realizam esse debate entre os autores para demonstrar que a superexploração da força de trabalho, fenômeno que constitui o tipo de acumulação adotada nas economias dependentes, pode ser analisada com base na reprodução atrofiada da força de trabalho, que no capitalismo latino-americano, é empregada de forma permanente<sup>14</sup>.

Para Marini (2025), a superexploração não fica contida somente nas empresas sem acesso a esses bens de capitais externos. Isso ocorre porque o nível médio de remuneração e de intensidade de trabalho são mantidos a esse nível da superexploração da força de trabalho. Dessa forma, estes também são seguidos pelas empresas possuidoras dessa vantagem. Ou seja, a superexploração se generaliza na economia dependente, por um lado como mecanismo para contrabalancear a baixa extração de mais-valor e, por outro, para o alcance do mais-valor extraordinário. Com isso:

Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário. Isso terá consequências, como veremos, para as condições em que se realiza a segunda fase da circulação (Marini, 2025, p.190).

Como uma das formas de aumentar a taxa de extração de mais-valor, além da intensificação do trabalho e do aumento da carga horária de trabalho, é a diminuição artificial do preço da força de trabalho em relação a seu valor, é preciso demonstrar a ocorrência desse fenômeno no Brasil. Dessa forma, como demonstra Netto (2014), uma característica significativa da ditadura civil-militar foi a diminuição constante dos salários, momento este que, conforme os autores da TMD, foi responsável pelo aprofundamento do caráter dependente do Brasil — como será detalhado no subtópico 2.3.

Nada melhor para assinalar a enorme perda dos trabalhadores que dois dados: em 1976, o salário mínimo real equivalia a 31% do valor que tinha em 1959; em 1963, os trabalhadores remunerados com o salário mínimo

---

<sup>14</sup> Marx (2017) aponta que, se o preço da força de trabalho cai abaixo de seu valor — que é constituído pelo valor das mercadorias necessárias para sua reprodução — “a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária” (Marx, 2017, p. 247). Assim, para a reprodução da força de trabalho em condições normais, o preço da força de trabalho deve se ajustar ao valor desta. No entanto, ao analisar a dinâmica dependente, Marini (2025) observa uma tendência ao rebaixamento permanente do preço da força de trabalho, abaixo de seu valor. Isso se dá devido a constante influência do capital externo nesta economia, apresentada neste tópico.

gastavam 40,97% dele para comprar a ração essencial mínima e, em 1973, mais de 60% (e, no fim do ciclo ditatorial, 74,38%) (Netto, 2014, p. 93).

Essas particularidades da economia dependente incidem sobre a constituição das classes sociais e na configuração de suas lutas no interior da economia dependente<sup>15</sup>. Como por exemplo, as condições mais precárias de existência das classes trabalhadoras, oferecem menores possibilidades de organização e reivindicação.

Ao investigar a última etapa do ciclo do capital, a segunda fase da circulação, ou  $C_2$ , Marini (2025) esclarece as três categorias em que o capital pode se apresentar nesse momento. Seja como bens de consumo necessário; bens de consumo suntuário ou bens de capital<sup>16</sup>, o capital se apresenta novamente para intercâmbio no mercado para sua realização e seu retorno à forma-dinheiro.

A segunda fase da circulação na economia dependente também ganha contornos específicos. Como já foi mencionado, os países de capitalismo dependentes também dependem dos bens de capital produzidos externamente, pois sua produção interna não é desenvolvida. Então, como demonstra o autor, a produção desses países é baseada em bens de consumo necessários e bens de consumo suntuário.

No entanto, sob influência da superexploração da força de trabalho e da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, não há um estímulo para a produção dos bens de consumo necessário, pois se estabelece um mercado interno insuficiente para absorver tal produção. Dessa forma, o foco produtivo do capitalismo dependente se torna os bens de consumo suntuário, ou seja, produtos que não são consumidos ordinariamente pelas classes trabalhadoras.

Nisso reside a razão da estrutura de distribuição da renda altamente concentrada que encontramos na economia dependente, na qual, no melhor dos casos, apenas 20% da população tem níveis de consumo aceitáveis ou mais que aceitáveis, enquanto 80% vivem em condições de baixo consumo. Isso, que resulta da produção, reverte sobre ela influenciando em seu desenvolvimento. Se o setor dinâmico do mercado está constituído pelos rendimentos que respondem ao mais-valor não acumulado<sup>17</sup>, lucros e proventos, a estrutura de produção tende a se orientar para esse setor,

---

<sup>15</sup> Fenômeno que será tratado no subtópico posterior.

<sup>16</sup> Marini (2025) explica que os bens de consumo necessário são “aqueles que entram na composição do consumo dos trabalhadores e determinam, portanto, o valor de sua força de trabalho.” Já os bens de consumo suntuário, são aqueles que “não estão incluídos no consumo ordinário dos trabalhadores [...]”, ou seja, bens de luxo, automóveis, etc. Por fim, os bens de capital são “as matérias-primas, os bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto de bens de consumo como de bens de capital” (Marini, 2025, p. 193).

<sup>17</sup> Ou seja, a parcela do mais-valor destinado ao consumo das classes dominantes e classes médias, que não retorna à produção.

deixando cada vez mais de lado a grande massa de consumidores que deve comparecer no mercado apoiada sobre a base de salários baixos. A segunda fase da circulação contribui para orientar a produção no sentido de que se separe ainda mais das necessidades de consumo das massas (Marini, 2025, p.195).

Sendo assim, há a elevação dos investimentos em bens de consumo suntuário. Conforme Marini (2025), o mercado interno não é capaz de absorver o crescimento dessas mercadorias, que são direcionadas ao mercado mundial.

A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor do mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação, tanto pela transferência de mais-valor ao exterior como pela deformação da estrutura da renda interna, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a buscar a realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com o que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior (Marini, 2025, p.196).

Marini (2025) conclui que essas mercadorias não são realizadas internamente, e por conta disso, ocorre uma quebra do ciclo do capital. Para além desse fator, é importante destacar como todo esse processo ocorre de maneira a se repetir e perpetuar, tendo em vista que a dependência em relação ao exterior, de capital monetário e de bens de capital, gera uma monopolização e centralização do capital, internamente, além da superexploração da força de trabalho. Por sua vez, esse fenômeno resulta na produção excessiva de bens suntuários e desestimula a produção de bens de consumo necessários, que pode gerar a elevação de seus preços em uma realidade social que convive com o rebaixamento artificial dos salários, como aponta a TMD.

Logo, é possível notar que a dinâmica dependente possui particularidades essenciais que a diferenciam do capitalismo clássico. A inserção dessas economias na divisão internacional do trabalho de maneira subordinada acaba por tornar os pontos trabalhados acima, essenciais a essas experiências. A economia voltada à exportação de produtos necessários ao desenvolvimento do capitalismo central e à compra da maquinaria produzida neste, além da constante transferência de valor ocorrida nesse processo, acaba por gerar uma dinâmica diversa ao capitalismo clássico nos países da América Latina. Portanto, a superexploração da força de trabalho, o mercado interno atrofiado e a quebra do ciclo do capital na economia são aspectos essenciais da economia dependente.

La dependencia es un problema estructural del capitalismo periférico en América Latina, a partir de su inserción subordinada en la DIT<sup>18</sup> y de las

---

<sup>18</sup> Divisão Internacional do Trabalho.

relaciones sociales que ello produjo al interior de las formaciones sociales de la región. Marini planteó que la dependencia se desdobra en tres fundamentos que se relacionan dialécticamente: la superexplotación de la fuerza de trabajo, la ruptura del ciclo del capital y la ausencia de mercado interno significativo en las economías latinoamericanas (Kuri; Fidelis, 2024, p. 80).

Com isso, é possível destacar que os três pilares demonstrados pela TMD e evidenciados por Kuri e Fidelis (2024): a superexploração da força de trabalho, a quebra do ciclo do capital e um mercado interno insuficiente, se articulam entre si. A superexploração faz com que as classes trabalhadoras com salários abaixo de seu valor real nessa sociedade, tenham de participar mais timidamente do mercado interno, o que gera uma quebra no ciclo do capital, pois a produção interna de bens de consumo acaba sendo direcionada para a exportação em busca de um maior lucro.

Diante disso, a configuração das classes frente a essas particularidades também apresenta suas especificidades. Assim sendo, para alcançar o objetivo desta pesquisa, é necessário conceber, com base no que foi apresentado até então e com contribuições para além das até aqui evidenciadas, o caráter e a dinâmica das classes sociais no capitalismo dependente.

### 2.3 A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO E DAS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO DEPENDENTE A PARTIR DA ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Em seu livro, “Evolução Histórica do Brasil: Da Colônia à Crise da Nova República”, Theotônio dos Santos analisa a estrutura de classes formada na economia dependente brasileira. Ele reitera a complementaridade da burguesia nascente em relação aos setores agroexportadores oligarcas, apontando que havia a necessidade de setores que fornecessem os bens de consumo para a manutenção da economia agroexportadora, que até então ainda se baseava em um regime escravocrata.

Esta (a indústria nacional) só pôde desenvolver-se como um setor complementar e dependente do exportador. A alimentação dos escravos, camponeses e assalariados urbanos tinha que ser satisfeita pela agricultura e pecuária nacionais, chegando a um certo grau de industrialização de produtos alimentícios como a carne de charque, no estado do Rio Grande do Sul, os laticínios nos estados de Minas Gerais e Goiás, o benefício do arroz e do feijão etc. O caráter altamente especializado da cultura exportadora destruía grande parte da agricultura de subsistência, estimulava a inserção do país na divisão internacional do trabalho e criava um certo dinamismo econômico interno. As indústrias têxteis, de alimentação, calçados, construção etc., se viam estimuladas pela demanda dos assalariados urbanos e rurais (Dos Santos, 2021, p. 45).

Para suprir as necessidades de consumo dos setores assalariados recém estabelecidos, se deu o desenvolvimento das manufaturas, como exposto acima. Além disso, também é notório que a proibição do trabalho escravo no Brasil se deu por uma necessidade do desenvolvimento e da acumulação de capital, e não por uma ruptura operada pelas novas classes dominantes com esse regime ou por uma incompatibilidade política destas com esse modelo, que representa o mais alto grau de exploração e degradação da vida humana.

Mas a subsistência de um regime de trabalho escravo era um grande impedimento para o desenvolvimento interno. Com a extinção da escravidão em 1888, as indústrias tiveram um grande auge e se criou, ao final do século, uma base industrial relativamente importante. Assim, a economia nacional conseguia um grau de diferenciação bastante significativo, que permitirá o aparecimento, no princípio do século, de uma complexa estrutura de classe (Dos Santos, 2021, p. 45-46).

Dentro dessa complexa formação de classes estavam a classe média ascendente, o proletariado urbano e rural, trabalhadores rurais inseridos em uma dinâmica não assalariada, a burguesia industrial, a burguesia agrária, e a oligarquia agrário-exportadora.

Entretanto, já no final do século XIX o Brasil dera origem a uma estrutura de classes bastante complexa. No topo estava a oligarquia agrário-exportadora, logo abaixo uma burguesia agrário-latifundiária, mas sem contato direto com o setor exportador. Nas regiões urbanas já aparece uma média burguesia, baseada na indústria e no comércio interno, e uma classe média assalariada ou profissional com algum acesso aos donos do poder que lhes compram seu trabalho (Dos Santos, 2021, p. 51).

Com a industrialização houve o crescimento da burguesia industrial e do proletariado urbano, mas estes inseridos na dinâmica dependente, apresentam peculiaridades que devem ser explicitadas. Tal fenômeno no Brasil, se apresenta de maneira tímida já no final do século XIX, e ganha intensidade a partir da década de 1930.

Por conta disso, para uma aproximação da realidade social do Brasil, é fundamental considerar o contexto sociopolítico do país a partir de 1930, tendo em vista que foi uma década central para o desenvolvimento capitalista na região e no mundo. Em relação ao contexto geral, o mundo passava por grandes conturbações: crise mundial; período entre guerras, já com o início da Segunda Grande Guerra. No cenário nacional não foi diferente, o golpe de 1930 marcou o início desse período; dando prosseguimento com a instauração da ditadura do Estado Novo em 1937 e logo em seguida com a destituição de Getúlio Vargas do poder em 1945 e a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência do executivo — período marcado também pela industrialização do país. Concomitante a esse processo, e que se

relaciona de forma mais direta com o objeto a ser trabalhado, tem-se na dinâmica da vida social e política do país o surgimento do integralismo<sup>19</sup>, em 1932.

De acordo com Marini, a industrialização que caracteriza a década de 1930 foi influenciada pela crise do setor externo. Esse fenômeno ocorreu a partir de uma política de substituição de importação para satisfazer o consumo interno, como é possível observar no seguinte trecho:

A crise do setor externo, representada pelas restrições às exportações e pelas consequentes dificuldades para satisfazer o consumo interno através das importações, exigia uma mudança na atividade econômica da região. Assim, a industrialização via substituição de importações se impôs, em linhas gerais, em todos os países latino-americanos, conforme as possibilidades reais de seus respectivos mercados internos e de acordo com o grau de desenvolvimento alcançado na etapa anterior. Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns, como a Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis (Marini, 2013, p. 54).

O teórico comenta sobre esse processo no Brasil, afirmando que “A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional manteriam a capacidade de importação do país em níveis baixos, acelerando, assim, seu processo de industrialização” (Marini, 2013, p. 74)

Bambirra (2013) identifica o impulso dado, nos países de capitalismo dependente de “tipo A”, à industrialização, por meio da substituição de importações, pelos acontecimentos de escala global da primeira metade do século XX — especificamente as duas Grandes Guerras Mundiais e a crise de 1929. A teórica também relata que esse impulso só foi possível por conta de uma determinada estrutura interna já alcançada por esses países.

Entretanto, é necessário destacar que a condição para que essas conjunturas internacionais pudessem ser aproveitadas - no sentido de impulsionar o processo de substituição de importações estava dada por dois fatores fundamentais existentes nessas sociedades:

- a) um mercado nacional já estruturado;
- b) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas.

Estas condições que tentamos descrever anteriormente e que ainda não existiam nos países do tipo B possibilitaram o impulso ao processo de industrialização nos países de tipo A, e explicam o porquê do seu avanço em relação ao resto do continente (Bambirra, 2013, p.75).

No entanto, essa industrialização, que representou o trânsito da economia agrária para a economia industrial (com fortes influências da burguesia agroexportadora) se deu, como

---

<sup>19</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um partido político de caráter reacionário. A organização será analisada no tópico 3.2.1.

aponta Marini, de uma forma “relativamente pacífica”. Contudo, ele entende que esse aspecto não se contradiz com o fato de ter ocorrido uma revolução burguesa nos países da América Latina (Marini, 2013, p. 55).

Todavia, o autor alerta que apesar dessa pacificidade entre os setores das classes dominantes (agroexportador e industrial), contradições entre eles também se apresentavam no cenário político. Contradições que:

[...] se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. Essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e impor seu predomínio (Marini, 2013, p. 57).

A partir dessas contradições entre as classes dominantes no Brasil — o setor industrial tinha o interesse na expansão do mercado interno, porém, isso necessitaria de reformas que afetariam os interesses agroexportadores — a burguesia industrial viu no período da crescente industrialização de 1930, que teve como uma de suas consequências a efervescência das massas trabalhadoras, um momento para reivindicar seu projeto nacionalista burguês. Entretanto, essa pretensão nacionalista do setor industrial não durou muito. As contradições em relação ao setor exportador da burguesia se somaram com a incompatibilidade desse projeto frente aos interesses do capital internacional. Sendo assim, “ao consentir com as antigas classes dominantes, a burguesia industrial teve que abandonar sua fraseologia revolucionária, deixando de lado também o tema das reformas estruturais e as políticas de redistribuição da renda” (Marini, 2013, p. 61).

Dessa forma, ao invés desse período representar um momento de desenvolvimento autônomo do país, representou um aprofundamento da dependência, com fortes investimentos do capital externo na economia brasileira e uma verdadeira cooperação entre este setor e a burguesia local.

A entrada desses capitais - sob a forma de investimentos diretos e, cada vez mais, em associação com empresas locais - constituía uma solução conveniente para as duas partes: para o investidor estrangeiro sua maquinaria obsoleta permitiria lucros similares aos que poderiam ser obtidos com um equipamento mais moderno em seu país de origem, em virtude do preço mais baixo da mão de obra; e para a empresa local se abria a possibilidade de conseguir uma mais-valia extraordinária com a nova maquinaria (Marini, 2013, p. 62).

A análise de Bamberger (2013) permite identificar que o conjunto de fatores por trás da industrialização dos países dependentes de “tipo A”, especificamente da brasileira, condicionaram a existência de uma dinâmica de classes própria. Diferentemente dos países do capitalismo clássico, as burguesias do capitalismo dependente surgem a partir das demandas

dos setores exportadores, e se desenvolvem subordinadas a eles — que até então representavam o principal setor econômico destes países (Bambirra, 2013, p.76).

Portanto, a burguesia industrial que surge no Brasil, e consequentemente o proletariado, possuem características específicas, como por exemplo a debilidade e autoritarismo da burguesia e dificuldade organizativa encontrada pelo proletariado. Por mais que essa burguesia industrial avance na construção de uma autonomia frente ao setor exportador, ela continua necessitando deste para promover a acumulação de capital.

A indústria surge impulsionada originalmente pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto. E, embora o desenvolvimento da indústria nos países periféricos questione e abra caminhos para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo (Bambirra, 2013, p. 77).

Há, assim, uma verdadeira interdependência entre esses setores, conforme demonstrado a partir do caso brasileiro linhas acima. O setor industrial, a princípio, surge para responder a demanda do setor exportador, porém necessita do capital gerado por este para o desenvolvimento industrial. Bambirra assinala que essa transferência de capital é feita de maneira direta e indireta, “através do sistema bancário ou mediante subsídios estatais” (Bambirra, 2013, p. 79). Essa dinâmica de classes gera um compromisso entre esses setores, segundo a teórica, o que faz com que suas contradições e antagonismos não avancem para um momento revolucionário. Além disso, também produz um Estado com características particulares, como será apresentado adiante.

Para a autora, essa dinâmica explica o porquê da não ocorrência de uma revolução burguesa clássica nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, formação social sobre a qual debruçamos nosso estudo. Trata-se de uma característica comum ao subcontinente latino-americano, uma vez que:

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a liquidação radical dos modos de produção que o precederam, mas sim sua superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas. E assim o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial. Mas são todas sequências

e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente (Bambirra, 2013, p. 78)

A obra aqui referenciada indica que essa maneira gradual e lenta de realizar a superação de um modo de produção, característica do capitalismo dependente, é explicada pela inserção destes países na divisão internacional do trabalho — que desde o início do período colonial na região, estiveram vinculados “à expansão e ao transcurso da consolidação do capitalismo mundial [...] como área periférica, subordinada e dependente” (Bambirra, 2013, p.79).

Por conseguinte, a revolução burguesa ocorrida na América Latina, e especificamente no Brasil, se deu de maneira diversa da revolução burguesa clássica, porém, segundo Bambirra, ela ocorreu no momento em que a burguesia industrial passou a ter predominância econômica e política.

Embora não se possa dizer que todo esse processo tenha sido uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo, certamente expressou um momento histórico latino-americano, no qual a burguesia industrial, impulsionada pelo vigor que lhe outorga o fato de controlar uma forma mais avançada de organização social da produção, reivindicou o controle hegemônico do poder, oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social. Neste sentido, e somente neste sentido, é possível caracterizar todo esse processo como uma "revolução burguesa", nas condições típicas do desenvolvimento do capitalismo dependente (Bambirra, 2013, p. 81).

Portanto, a revolução burguesa ocorrida nos países latino-americanos, a partir da hegemonia burguesa, foi realizada por meio de um acordo entre as novas e as antigas classes dominantes, o que se demonstra diverso da revolução burguesa clássica. No entanto, essa sintonia só foi possível por conta de pressões políticas desta nova classe dominante, que apoiada nos setores médios, conquistou sua hegemonia.

A autora indica o tenentismo<sup>20</sup> e o varguismo como os dois principais movimentos políticos que representavam os interesses das classes médias, da pequena burguesia e principalmente, do capitalismo industrial, no Brasil (Bambirra, 2013, p. 82). Sendo assim, a primeira metade do século XX, mesmo com a manutenção da dependência e do compromisso entre as classes dominantes, representou uma mudança qualitativa no modo de produção existente no país.

Contudo, a hegemonia conquistada pela burguesia industrial, de acordo com Bambirra (2013), não foi uma hegemonia plena, mas uma “hegemonia comprometida”, em uma forma

---

<sup>20</sup> Sobre o tenentismo, ver Forjaz (s.d.).

de dominação que ela denomina de “dominação burguesa-oligárquica” (Bambirra, 2013, p. 92).

Essa realidade social ocasionou especificidades às novas classes — burguesia e proletariado — e ao Estado. Segundo a autora, o proletariado, no início do século XX, se demonstrava desorganizado, frágil e pouco numeroso. Com o seu crescimento e sob a influência do anarquismo, não alcançou ganhos significativos (Bambirra, 2013, p. 85-86). Portanto, ficava evidente sua debilidade organizativa.

Com o surgimento dos partidos comunistas na América Latina, na década de 1920 — no caso brasileiro, o então Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em 1922 (Abreu, s.d.) — o proletariado começou a se organizar sob influência de correntes de pensamento marxista, mas também sem grandes conquistas políticas nesse momento. A autora critica o que ela denomina de dogmatismo e sectarismo característico desses partidos em seu surgimento, como por exemplo a classificação da social-democracia como fascista (Bambirra, 2013, p. 87). Entretanto, nesta monografia não entraremos nesses debates de caráter político-organizativo, o fato importante para o desenvolvimento desta análise é a debilidade do proletariado nesse período, ocasionada por diversos fatores.

Um desses fatores é a própria superexploração da força de trabalho característica da economia dependente. Conforme Marini (2025), esse fenômeno necessita de um exército industrial de reserva numeroso para dificultar a organização do proletariado e impossibilitar que este seja exitoso em suas reivindicações, e dessa maneira, aumentar a taxa de extração de mais-valor.

[...] para que esta [superexploração] possa operar é indispensável que a classe operária se encontre em condições difíceis para reivindicar remunerações que compensem o desgaste de sua força de trabalho [...]. Vamos nos preocupar tão somente com o mecanismo fundamental mediante o qual o capital debilita a capacidade dos operários para levar adiante suas reivindicações: a criação de um exército industrial de reserva, essa massa de operários sobrantes não incorporados à produção (de maneira permanente ou temporária), que pressionam constantemente o mercado de trabalho e ameaçam a situação do setor empregado da classe operária (Marini, 2025, p. 191).

Conforme o autor sinaliza, com a inserção de bens de capital estrangeiros na economia dependente, o exército industrial de reserva cresce. Na medida em que a composição orgânica do capital se eleva e um maior número de trabalhadores são direcionados a essa situação. De modo que, o proletariado da economia dependente possui maiores obstáculos para a sua organização de classe.

No entanto, outros fatores também dificultam e obstaculizam que essa classe reivindique seus interesses no cenário político, como por exemplo o autoritarismo das classes dominantes e do Estado. Marini concebe que fatores, para além dos fenômenos puramente econômicos, também influenciam para esta condição do proletariado. “Essas condições difíceis podem resultar, e resultam frequentemente, de fatores extraeconômicos, derivados da ação estatal” (Marini, 2025, p. 191), como por exemplo a repressão estatal frente às reivindicações das classes trabalhadoras.

Esse caráter débil também é comum à burguesia industrial no capitalismo dependente, tendo em vista a necessidade do compromisso com as oligarquias, já citado anteriormente, e a demanda de uma alta intervenção do Estado. Esse conjunto de elementos traz como consequência uma outra característica do capitalismo dependente, que é o caráter que o Estado assume nestes países.

Através dos escritos de Bambirra (2013), é possível notar alguns aspectos do Estado no capitalismo dependente. Ao fundir o paternalismo, que já representava uma marca das oligarquias, com os interesses da nova burguesia industrial, o Estado dessa dominação burguesa-oligarca, que a autora classifica como populista (Bambirra, 2013, p. 95), intervém fortemente nos movimentos sociais, especialmente nos sindicatos. É possível ver esse fenômeno a partir da era Vargas (1930-1945) com a cooptação de setores do proletariado<sup>21</sup>. Além disso, o Estado também intervém diretamente na economia dependente e representa uma de suas principais bases, como será exposto adiante. A teórica faz esse debate apontando que:

o paternalismo de origem oligárquica e o caráter modernizante da jovem burguesia industrial. A bem dosada utilização desses ingredientes dava aos líderes populistas o carisma necessário para que, jogando com os traços conservadores e modernos os primeiros ainda vigentes nas sociedades latino-americanas e os segundos em curso de desenvolvimento pudessem motivar as grandes massas, controlá-las e utilizá-las como instrumento de realização da política de desenvolvimento capitalista (Bambirra, 2013, p. 95-96).

Como exemplo desse caráter do Estado no Brasil, a ditadura do Estado Novo (1937-1945) na Vargas foi responsável, segundo Marini, por estabelecer um pacto entre as classes dominantes, em conjunto com o capital externo, com algumas concessões ao proletariado, que foi “enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista” (Marini, 2013, p. 75). As

---

<sup>21</sup> Exemplo disso é a criação dos sindicatos atrelados ao Estado em um modelo de sindicalismo corporativista, como indicado por Alessandro Batistella (2015) em seu artigo: *A Era Vargas E O Movimento Operário E Sindical Brasileiro (1930-1945)*.

reivindicações fora desse modelo corporativistas eram reprimidas, como por exemplo o Partido Comunista do Brasil (PCB), posto na ilegalidade em 1935.

Com o fim da primeira era Vargas, em 1945, mesmo o PCB tendo saído da clandestinidade, o movimento revolucionário continuou sendo reprimido pelo governo Dutra. Além do mais, o pacto das classes dominantes se manteve de pé, conforme afirma o autor, até 1950: “Com pequenas mudanças e apesar da destituição da ditadura de Vargas em 1945, este compromisso político, este contrato social - se é que pode ser chamado assim - mantém-se estável até 1950” (Marini, 2013, p. 75). Momento em que surgem novas movimentações das massas e um novo lapso de nacionalismo por parte da burguesia industrial, “Junto à ruptura vertical que ocorria entre as classes dominantes, as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais rompem o dique que a ditadura lhes impôs até 1945 e que o governo forte do marechal Dutra (1945-1950) mantivera” (Marini, 2013, p. 76).

A partir disso, o que se pode assimilar é que o Estado atua tanto na repressão dos movimentos reivindicatórios do proletariado, quanto na cooptação e na construção de sindicatos próprios. Além do mais, também é o responsável por conciliar os interesses das classes dominantes, assegurar a acumulação do capital e manter a hegemonia comprometida da burguesia industrial.

Bambirra (2013) também indica o papel direto do Estado na economia dependente, concebendo-o enquanto “Estado empresário”:

No âmbito econômico essa situação se expressava fundamentalmente em uma política protecionista que buscava impulsionar a industrialização, levando a cabo, até onde era possível, uma política nacionalista e modernizante. O papel do Estado ia além daquele de benfeitor, sendo levado a atuar também como Estado empresário, ou seja, como Estado que chama para si não apenas as tarefas de "regulador da vida social", mas também de promotor direto de todas as obras de infraestrutura indispensáveis para o desenvolvimento da empresa capitalista moderna (Bambirra, 2013, p. 96).

Marini (2025) considera o papel do Estado nos investimentos diretos e indiretos na economia. Em dados da época, o autor evidencia que o investimento do Estado nesses setores correspondiam a 60% do total; e o investimento do capital privado representava menos de 40%<sup>22</sup>.

Essa amplitude dos papéis do Estado no capitalismo dependente, ou o elevado grau de sua “autonomia relativa”, se relaciona com o caráter da dominação burguesa. Uma vez que essa classe se apresenta de forma débil, com uma relação contraditória com a oligarquia que não avança para uma superação desta; e com a necessidade de controlar as reivindicações do

---

<sup>22</sup> Ver nota 11.

proletariado, o Estado acaba por assumir um papel mais amplo para a efetivação dessa dominação e da acumulação do capital.

Uma das características da sociedade dependente é o considerável grau de autonomia relativa que o Estado desfruta. Basicamente, isso deriva de uma lei geral da sociedade capitalista, segundo a qual a autonomia relativa do Estado é inversamente proporcional à capacidade da burguesia de realizar sua dominação de classe; em outras palavras, um Estado capitalista forte é sempre a contrapartida de uma burguesia fraca (Marini, 2025, p. 64).

Outro ponto dessa relação entre o caráter da burguesia e o Estado, está na dinâmica que Marini (2025) em “Estado e Crise no Brasil”, denomina de “cooperação antagônica” da burguesia nacional com a burguesia internacional.

As burguesias nacionais ou, para evitar confusão, as burguesias nativas, mesmo quando optam conscientemente pela sua integração com a burguesia imperialista, têm que se apoiar no Estado, como instrumento de intermediação capaz de levar a cabo esse processo sem que isso implique sua pura e simples destruição. Nessa qualidade, atuando como intermediário no processo de convergência da burguesia dependente com a burguesia imperialista, o Estado vê a sua autonomia relativa se acentuar ainda mais e, portanto, a sua capacidade de agir em relação à economia dependente (Marini, 2025, p. 65).

Logo, o ambiente criado pela economia dependente necessita de um Estado com uma larga autonomia relativa para garantir os interesses da dominação burguesa. E como destaca o autor, em tempos de crise, o papel do Estado se intensifica para além do que já está posto.

Como exemplo dessa “cooperação antagônica”, nos termos do autor, é importante trazer à tona as décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, a burguesia local assumiu novamente ares nacionalistas e intensificou as contradições com os setores agroexportadores e estrangeiros, se apoiando no Estado, mas em seguida, recuou e retornou ao pacto entre as classes dominantes, aceitando assim a subordinação em relação ao capital externo.

A década de 1950, ainda de acordo com os escritos de Marini (2013), representou um novo momento de contradições entre as classes dominantes, em que a burguesia industrial, visando a ampliação do mercado interno e a superação da concorrência com o capital estrangeiro, tornou a reivindicar a luta nacionalista. Somado a esse fenômeno, também foi um período de efervescência social, em que o proletariado protagonizou uma nova onda de lutas por direitos. Dessa forma, o autor afirma que houve uma ruptura do pacto firmado em 1937.

Os anos de 1950 se iniciaram com o retorno de Vargas ao poder, agora por meio de um processo eleitoral. Nesse momento, ele respondeu algumas reivindicações desses grupos sociais. O desenvolvimentismo e concessões ao proletariado, foram marcas do segundo período de Vargas na presidência do país.

Refletindo essa correlação de forças, Getúlio Vargas não tarda em se definir por uma política progressista e nacionalista, da qual foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão de concretizar o Plano SALTE (programação dos investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia); o Plano Rodoviário Nacional; o Fundo Nacional de Eletrificação; a renovação do equipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobras). O envio para o Congresso de um projeto de lei limitando os lucros extraordinários e os pronunciamentos favoráveis à restrição das remessas de lucros foram acompanhados por uma política trabalhista destinada a atrair o apoio operário, algo que Vargas confiou a um jovem e desconhecido gaúcho chamado João Goulart, nomeado como ministro do Trabalho (Marini, 2013, p. 76).

Vargas também cedeu em diversos pontos, sob a pressão da oposição. Fato que preparou o terreno para o golpe de 1964, tendo em vista que essas concessões deram um arcabouço jurídico, em especial a Lei de Segurança Nacional, para uma maior repressão, e aumentaram a influência norte-americana nas forças armadas brasileiras.

Era, para Vargas, o princípio do fim. Retrocedendo frente à reação da direita, tratou de acalmar a fúria da oposição com várias medidas, entre elas a Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos. A primeira, sem consequências imediatas, criava o marco jurídico para a repressão do movimento popular, que o governo militar de 1964 utilizaria amplamente; a segunda colocava as Forças Armadas brasileiras definitivamente sob a influência do Pentágono estadunidense (Marini, 2013, p. 77).

Com a intensificação das pressões da direita, que desencadeou o suicídio de Vargas em 1954, pode se afirmar que o projeto de subordinação nacional ao capital estrangeiro saiu vencedor dessa disputa política. Sendo assim, a burguesia local abandonou o resquício de nacionalismo burguês e aprofundou sua dependência do investimento externo para suprir suas necessidades.

Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada com Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo (Marini, 2013, p.81).

No entanto, Marini pontua outra contradição entre a burguesia industrial e o setor agroexportador. Com a urbanização crescente, se fazia necessário o aumento da produção agrícola para consumo interno. Mercado que este setor não atendia. Sendo assim, a reforma agrária era uma necessidade para o desenvolvimento urbano e industrial, mesmo que este

desenvolvimento ocorresse com a subordinação ao capital estrangeiro. Se referindo à estrutura agrária do Brasil, o autor entende que:

Tal estrutura é um obstáculo para a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, em um momento no qual o investimento estrangeiro na indústria tende a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e do setor agroexportador, a oposição entre a indústria e a agricultura para o mercado interno agrava a contradição existente entre os setores industrial e agrícola, globalmente. A consequência é a proposta cada vez mais urgente da reforma agrária (Marini, 2013, p. 85).

A passagem da década de 1950 para 1960 foi marcada por fortes reivindicações do proletariado urbano e rural. O aumento salarial e a reforma agrária foram pautas importantes para a agitação das massas nesse momento. Assim, conquistas importantes foram alcançadas pelos grupos sociais que realizaram pressão política, especialmente pelo operariado — um setor do proletariado — que conquistou estabilidade salarial frente ao aumento de preços.

A consequência é que a curva dos salários, que depois de um período estacionário apresentou uma tendência à queda desde 1956, indica, a partir de 1961, uma ligeira recuperação. Diante da tentativa das classes empresariais de responder à pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida subiu de 24%, em 1960, para 81%, em 1963), a classe operária responde com a conquista de reajustes salariais. Isso pode ser visto ao considerar-se o fato de que o salário mínimo urbano, no período entre 1955 e 1960, manteve-se estável por uma média de 25 meses e passou a ser reajustado todos os anos, após 1961, ou mesmo de seis em seis meses, a partir de 1963 (Marini, 2013, p. 89).

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart tornou-se o presidente do Brasil. Com uma política conciliadora, respondeu às demandas do proletariado, como o aumento salarial, exposto anteriormente, e se colocava em defesa da reforma agrária. No entanto, seu governo também estabeleceu compromissos com o empresariado. Um desses compromissos era exercer o controle dos movimentos reivindicatórios, como destaca Marini ao apontar o fracasso dessa conciliação, o fracasso da união entre os interesses do proletariado e da burguesia local:

Nascido de um movimento popular que iniciou-se em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha como missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade dos investimentos - isto é, deter a tendência à queda acusada pela taxa de lucros. Em longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, seria compensada pela ampliação do mercado exterior buscada pela política externa. Em curto prazo, tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicativo das classes assalariadas. Ou seja: trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas. Assim, quando, na esteira do protesto dos grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, o PCB se viu forçado a condenar o Plano Trienal - o

primeiro fruto de um governo que tinha todo seu respaldo -, não fazia, na verdade, mais que confessar a impossibilidade de sua “frente única” operário-burguesa (Marini, 2013, p. 99-100).

Nesse meio tempo, como indica Marini (2013), com forte pressão dos setores agroexportadores contra a reforma agrária, que se utilizaram de milícias armadas com práticas terroristas; com o patrocínio dos Estados Unidos (EUA) aos governadores de oposição à João Goulart, especialmente Carlos Lacerda; e com a radicalização reacionária dos setores da “classe média”, da pequena burguesia; a burguesia local rompe de uma vez por todas com o pacto operário-burguês e com Goulart, além disso, enterra qualquer possibilidade de um nacionalismo burguês.

Outro ponto essencial para o rompimento da burguesia local com o governo, se deu a partir da impossibilidade de conter os movimentos populares — demanda que indica o caráter autoritário dessa burguesia — a partir do modelo democrático adotado (Marini, 2013, p. 106).

Esses fatores, especialmente a organização da pequena burguesia, das “classes médias”, representaram condições importantes para a construção do golpe orquestrado em 1964, tendo em vista o caráter de aceitabilidade que esses movimentos atribuíram ao golpismo.

A tentativa fracassada de 1961 expressou claramente que uma intervenção militar só poderia ter êxito se: a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira; e b) estivesse inserida no jogo das forças políticas em conflito. O respaldo que os militares receberam da pequena burguesia - expresso na “Marcha da Família”, que reuniu, no dia 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio - é um sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime das classes dominantes (Marini, 2013, p.105).

Esse movimento de massas reacionário, apoiado pelas classes dominantes — incluindo a burguesia industrial que abandonara seu projeto nacionalista — além da repressão e da retirada de direitos, também validou a intensificação da dependência e da subordinação brasileira frente ao capital externo. Movimento que foi realizado a partir do golpe de 1964, com o sepultamento do projeto nacionalista e das reformas de base.

Esse processo também foi analisado por Netto (2010), que apontou os projetos em disputa na década de 1960 no Brasil para a superação da crise econômica que se encaminhava; e a decisão das classes dominantes em adotarem o projeto do grande capital e do reacionarismo<sup>23</sup>. De um lado, as massas populares, setores da pequena burguesia e até

---

<sup>23</sup> Netto aponta que o golpe empresarial militar de 1964 foi representativo das “piores tradições da sociedade brasileira” (Netto, 2010, p. 25).

mesmo de uma parcela das forças armadas, representavam o campo democrático, que visava a superação da dependência, a efetivação das reformas de base, e a ampliação da participação popular no capitalismo brasileiro. É importante esclarecer este último ponto, pois o projeto democrático que se colocava em disputa, não possuía um aspecto anticapitalista; sua concepção era a realização das reformas e da democratização do país, nos marcos do capitalismo<sup>24</sup>.

A emersão de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um *fato novo* na vida do país. Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, *imediatamente*, a *ordem capitalista*: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país. Vale dizer: a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não caracterizava um quadro pré-revolucionário (Netto, 2010, p. 22, grifo do autor).

Por outro lado, de acordo com o autor, o projeto que saiu vitorioso desse período, propunha o alinhamento com o capital externo, a exclusão das massas populares do poder político e a respectiva intensificação da repressão, e além disso, um pacto entre as classes dominantes internas — burguesia industrial e setores agroexportadores latifundiários — e a hegemonia das forças armadas. Dessa forma, o golpe de 1964 representou a vitória deste projeto, e como afirma o teórico:

Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira* (Netto, 2010, p. 25, grifo do autor).

Netto também entende o papel ativo do imperialismo, protagonizado pelos Estados Unidos, nos golpes militares ao redor do mundo e indica que o país norte-americano adotou uma campanha para uma “*contra-revolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)” (Netto, 2010, p. 16, grifo do autor). Com isso, a partir da ditadura militar, conforme Marini (2013), a aproximação subordinada do país em relação aos EUA se aprofundou de tal maneira que o Brasil passou a se comportar como seu ponto de apoio na América Latina. Para além do âmbito econômico, o Brasil se vinculou totalmente aos estadunidenses no âmbito militar, interna e externamente.

---

<sup>24</sup> Netto (2010) destaca que o país não se encontrava em um momento pré-revolucionário.

Essa doutrina, chamada de "barganha leal", foi exposta por Golbery em seu livro *Aspectos geopolíticos do Brasil* (Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957) e parte do pressuposto de que, devido a sua posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência estadunidense. Nesta situação, não lhe restaria outra alternativa além de aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul. A contrapartida dessa "escolha consciente" seria o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, de que o quase monopólio da dominação naquela área deve ser exercido pelo Brasil exclusivamente (Silva *apud* Marini, 2013, p. 119).

De acordo com o autor, essa doutrina, proveniente da Escola Superior de Guerra no Brasil, cujo general era Golbery do Couto e Silva — autor dos trechos citados por Marini acima —, foi adotada pelo Estado brasileiro sob a tutela militar. Dessa forma, além da cooperação econômica, o Brasil passou a apoiar as operações militares dos EUA na América Latina, e chegou até mesmo a propor a integração militar em um exército unificado entre os países para garantir os interesses imperialistas.

Situam-se nessa linha de pensamento as ideias da intervenção no Uruguai e na Bolívia, alimentadas por Castelo Branco, bem como o decidido apoio do governo brasileiro à intervenção dos Estados Unidos em Santo Domingo. O aplauso de Brasília à decisão estadunidense de encaminhar parte de sua ajuda militar aos países latino-americanos através da OEA também foi consequência dessa posição e une-se à reivindicação de que o chamado "protocolo adicional", que vincula a ajuda militar à ajuda econômica, seja reativado. Outra consequência foi a tese da integração militar do continente, presente na insistência brasileira sobre a criação de um exército interamericano permanente, atualmente descartada (Marini, 2013, p. 121).

O teórico concebe que essa intensificação da subordinação econômica e militar, se deu pela perspectiva de “aceitação consciente” da burguesia interna brasileira em relação à dependência. Ou seja, essa classe dominante aceitou o espaço possível a ser ocupado na dinâmica imperialista — baseado na subordinação econômica e militar do Brasil aos EUA. Logo, o Brasil, no terreno econômico e militar, passou a cooperar com os interesses imperialistas.

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (Marini, 2013, p. 127).

Por conta desse papel assumido pelo Brasil, de irradiador do imperialismo, Marini classifica o país como subimperialista, o que é uma diferença em relação aos outros países

dependentes. Dessa forma, é possível dizer que a ditadura empresarial militar brasileira buscou um espaço dentro da subordinação. “O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense [...]” (Marini, 2013, p. 130).

Contudo, esse aspecto subimperialista não diz respeito a somente a uma integração militar, como já foi mencionado, esse fenômeno também estava de acordo com os interesses da burguesia industrial, que necessitava exportar seus produtos, uma vez que ocorre uma quebra no ciclo do capital na economia dependente, como exposto no tópico 2.2, e o mercado interno não é capaz de absorver toda a produção de bens de consumo. A partir da “aceitação consciente” por parte das classes dominantes e a intensificação da dependência, toda a dinâmica que caracteriza a economia dependente também foi intensificada no Brasil. Ou seja, houve a intensificação do investimento estrangeiro, o direcionamento de bens de capital, o aprofundamento da superexploração da força de trabalho e, como consequência, a maior necessidade de direcionar os produtos internos para outros países.

Portanto, como Marini expõe, que a exportação de bens de consumo por conta de um mercado interno limitado, passou a ser característica permanente e estrutural da economia brasileira, passou a ser concebido dessa forma pelas próprias classes dominantes e pelo Estado — anteriormente, com o projeto nacionalistas burguês era entendido como um mal necessário que deveria ser superado.

A partir de Castelo Branco, pelo contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados como, por exemplo, o uruguaio. A expansão comercial deixa de ser assim, uma solução provisória e complementar a política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais (Marini, 2013, p. 129-130).

Assim sendo, a resolução dada — para a burguesia industrial — tendo em vista a substituição das reformas de base propostas pelo trabalhismo de João Goulart, — que traria, entre outros avanços sociais, a expansão do mercado interno —, foi a adoção de uma política subimperialista, com o escoamento de grande parte da produção interna para os outros países dependentes.

O estudo da formação social brasileira, de suas classes sociais e do Estado realizado até então é essencial para dar início à análise do tema específico desta pesquisa — pois foram apresentadas as categorias econômicas e condições sócio-históricas que darão base à questão central desta monografia, a saber: o debate sobre o reacionarismo brasileiro das décadas de 1930 a 1960; sobre os movimentos que os compuseram; sobre a possível caracterização, ou não, desses movimentos, enquanto fascistas; e sobre a validade social dada por eles à

consolidação da dependência e ao golpe de 1964. Para tanto, faz-se necessário debater sobre a categoria do fascismo; expor as produções teóricas de expoentes reacionários da época; e trazer um debate histórico, apoiado na TMD, sobre esse fenômeno.

### **3 O PAPEL DO REACIONARISMO NA CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE**

O Estado no modo de produção capitalista, em sua fase monopólica, é um espaço importante da luta de classes, pois, por mais que represente os interesses da classe dominante, deve articular respostas às reivindicações das classes trabalhadoras organizadas para realizar a manutenção do sistema burguês<sup>25</sup>. Contudo, no capitalismo dependente, pelo alto grau da autonomia relativa do Estado, exposta no capítulo anterior — o que gera uma gama de possibilidades aos grupos que alcançam esse poder político — as disputas em torno desta instância se acirram e as classes dominantes passam a adotar medidas drásticas quando a dependência e a subordinação ao capitalismo central são contestadas. Por conta disso, a burguesia dependente — que, como já demonstrado, surge em meio às demandas externas e demandas dos setores agroexportadores, e por isso carecem destes para a reprodução do capital adotada —, por mais que seu dinamismo próprio, exposto no capítulo anterior, faça com que tenha lapsos nacionalistas, sempre retornaram ao seu aspecto antidemocrático e subordinado.

Em meio a esse processo, se apresentam grupos políticos reacionários altamente ligados aos interesses de latifundiários agroexportadores, patrocinados diretamente por potências estrangeiras — em especial os Estados Unidos — e apoiados, em certos períodos, pela burguesia local. Para o desenvolvimento da pesquisa concebemos o reacionarismo como a tentativa de retorno a uma realidade arcaica, idealizada através de mitos. No entanto, no cenário Brasileiro, como veremos, o reacionarismo também se apresenta realizando uma assimilação de aspectos arcaicos e modernos.

Há um debate entre os pensadores sobre a caracterização desses grupos reacionários, se seriam ou não fascistas, que para uma melhor definição, será tratado neste capítulo a partir dos teóricos da TMD. Além disso, também será analisada a ligação deles com a consolidação da dependência, da subordinação e da desnacionalização do capital, intensificada com o golpe de 1964 — como já trabalhado anteriormente, o imperialismo tem forte influência em todo

---

<sup>25</sup> De acordo com Netto, o Estado no capitalismo monopolista, além de seu papel coercitivo passa a ter de atuar com a perspectiva de preservação da força de trabalho para possibilitar a acumulação do capital. “no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio” (Netto, 1996, p. 22).

esse processo, mas o ponto central dessa dinâmica são as relações sócio-políticas internas, a acumulação de forças dos grupos políticos em disputa sob uma dinâmica econômica que assimila o arcaico ao moderno, exigida pela consolidação do capitalismo em sua fase monopólica no Brasil.

Para tanto, será apresentada, no tópico a seguir, a concepção de fascismo apresentada por Leandro Konder (2009), e posteriormente, serão expostas as concepções de integrantes da TMD sobre as ditaduras militares da América Latina. Por fim, será realizada uma investigação com base em documentos produzidos por duas organizações reacionárias das décadas de 1930 até 1960 — Ação Integralista Brasileira (AIB) e União Democrática Nacional (UDN), que representaram uma alta capacidade de articulação política nos períodos destacados — e em contribuições de teóricos marxistas que auxiliem na concepção desse fenômeno, para se ter a compreensão do papel desse grupo político na organização das massas e na formação de uma força reacionária, tendo em vista a consolidação da dependência e do período autocrático.

### 3.1 A CARACTERIZAÇÃO DAS DITADURAS LATINO-AMERICANAS

As ditaduras militares na América Latina ocorridas na metade final do século XX, são objeto de diversas análises por conta da importância histórica desse processo e da complexidade do período de que são frutos. A Guerra Fria e a recente Revolução Cubana levaram o imperialismo estadunidense a intensificar sua Doutrina Monroe<sup>26</sup>, de dominação do continente americano. Além disso, a complexa estrutura de classes e a particularidade do Estado nas economias dependentes também geraram particularidades internas na América Latina, que foram decisivas à implementação de tais ditaduras. Com isso, essas análises ganharam contornos diferentes, até mesmo dentro da TMD, os estudos levaram a diferentes conclusões.

Esses debates giram em torno do entendimento, ou o não entendimento, dessas experiências ditatoriais, como fascismo, ou “fascismo dependente”. Por conta disso, neste capítulo será apresentada a concepção de fascismo trabalhada por Konder (2009) e em

---

<sup>26</sup> A Doutrina Monroe, surgida em meio ao colonialismo europeu nas Américas, em 1823, é uma doutrina dos EUA, que inicialmente, se mostrou como um instrumento contra tal colonização. No entanto, como já tivera sido planejado, como afirma Laidler (2024), se tornou uma doutrina para o expansionismo estadunidense sobre todo o continente. “[...] a concepção estratégica expansionista traduzida por meio da Doutrina Monroe, que significou a oposição à restauração colonial do Novo Mundo, em 1823, e acabou por se transformar em instrumento de projeção de poder nas Américas, de expansão territorial e militar, como já havia sido projetado no início do século XIX [...]” (Laidler, 2024, n.p.).

seguida serão discutidas as análises dos dependentistas sobre a caracterização das ditaduras latino-americanas.

### 3.1.1 O FASCISMO EM SUA FORMA CLÁSSICA

O presente tópico tem por objetivo expor a ideologia fascista; as condições que deram a possibilidade de seu surgimento, em sua forma clássica; seus objetivos e seu viés de classe. Nesse sentido, não será trabalhado aqui os horrores cometidos tendo por base essa ideologia, como a perseguição e o genocídio de diversos povos. Isso é importante de ser ressaltado por conta da relevância histórica desse fato e da necessidade de sempre se lembrar das atrocidades que operaram contra a humanidade, bem como o que foi, e ainda é, o colonialismo.

Leandro Konder (2009), em seu livro “Introdução ao Fascismo”, ao analisar o fenômeno fascista e suas peculiaridades, entende que o fascismo é um movimento reacionário do campo da direita; porém não é possível afirmar que todo reacionarismo tenha um caráter fascista, isso porque este apresenta características próprias e condições de existência próprias, conforme apresentaremos a seguir. Nesse sentido,

Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo (Konder, 2009, p. 25).

Assim sendo, não é possível resumir todo o reacionarismo — movimentos que, de alguma forma, pretendem reconstruir um passado idealizado — como fascista, mesmo que existam diversos outros movimentos tão violentos e abomináveis quanto o fascismo, pois este se deu em condições específicas, que serão trabalhadas a seguir. Portanto, não é possível entender o fascismo como tudo aquilo que é detestável na história humana, uma vez que esta foi capaz de produzir diversas outras experiências que merecem repulsa, como por exemplo o colonialismo e o escravismo.

Como mencionado, o fascismo, para Konder, se insere no grande campo político da direita, que de alguma forma sempre pretende conservar a dinâmica social para manter privilégios de classe existentes, porém em alguns momentos, como no caso do fascismo, demonstra uma intensificação do reacionarismo, do autoritarismo e do chauvinismo<sup>27</sup>. Dessa forma, “o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (Konder, 2009, p. 27). O autor prossegue e afirma que a direita é intrinsecamente

---

<sup>27</sup> Nacionalismo extremo e reacionário; é o entendimento de superioridade nacional comparado com outros povos e nações.

conservadora, por representar os interesses das classes dominantes do sistema em que está inserida.

Em sua essência, a ideologia da direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema socioeconômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias. Daí o conservadorismo intrínseco da direita (Konder, 2009, p. 27).

Todavia, como demonstra o filósofo, a direita apresenta uma contradição que envolve o conservadorismo e o pragmatismo necessário para realizá-lo e a formulação de seus ideólogos que ao se complexificar, tendem à universalidade. A eficácia da manutenção da ordem estabelecida exige o compromisso em relação aos interesses particulares das classes dominantes, por isso, as concepções universais se tornam menos funcionais a essas classes, pois deixam de responder pragmaticamente suas necessidades.

A efetiva conservação dos privilégios depende menos de esforços lógicos do que de energia material repressiva: para o responsável pela prisão é mais importante que os guardas sejam de confiança e as portas das celas sejam sólidas do que persuadir os presos da excelência do sistema penal vigente. Um certo pragmatismo, portanto, se encontra em todas as expressões qualificadas da direita, tanto em Metternich quanto em Disraeli, tanto em Bismarck quanto em Churchill. Mas a ideologia da direita encerra uma contradição interna, que se manifesta com clareza tanto maior quanto mais abstrato é o nível da sua fundamentação teórica: na medida em que a direita produz seus ideólogos mais ambiciosos (os seus filósofos), não pode impedir que eles se lancem em busca de princípios mais universais para a ideologia que estão ajudando a elaborar. E a busca da universalidade torna a ideologia da direita menos funcional, danifica a solidez das suas articulações pragmáticas, inevitavelmente particularistas (Konder, 2009, p. 28).

O fascismo, nesse sentido, apresenta uma solução para esse impasse da direita, e com seu caráter irracionalista, propõe um “pragmatismo radical”, subordinando totalmente a teoria à prática, fazendo com que aquela tenha a única função de responder aos interesses particulares das classes dominantes.

O fascismo representou, na história contemporânea da direita, uma enérgica tentativa no sentido de superar a situação altamente insatisfatória que a contradição de que vínhamos falando tinha criado para as forças conservadoras mais resolutas. Enfrentando o problema das tensões que se haviam criado no âmbito da direita entre a teoria e a prática, o fascismo adotou a solução do pragmatismo radical, servindo-se de uma teoria que legitimava a emasculação da teoria em geral (Konder, 2009, p.29).

O fascismo não se limita por uma questão teórica ou por contradições ideológicas, sua teoria é moldada e subordinada, única e exclusivamente, por sua finalidade prática. Tendo isso em vista, o fascismo, como demonstra o teórico marxista, foi capaz de assimilar alguns aspectos do marxismo e do movimento comunista, de forma completamente utilitária,

irracionalista e esvaziada de sentido. O movimento comunista era ascendente na europa e a classe trabalhadora enxergava neste, a defesa de seus interesses. Para conseguir uma adesão dentro do proletariado e para enfraquecer o marxismo, o fascismo incorporou aspectos estéticos e retóricos do movimento comunista, mesmo que sua ideologia fosse integralmente oposta.

Um exemplo dessa assimilação esvaziada de sentido é a noção de luta de classes adotada por Benito Mussolini, líder da Itália fascista. Mussolini, como indica Konder, constatava uma separação de classes entre as nações, e declarava que a Itália, por ter ficado fora da divisão imperialista ao ser derrotada na Primeira Guerra Mundial, era uma nação proletária.

Mussolini achava que Marx se tinha fixado exageradamente no confronto do proletariado com a burguesia e tinha deixado de lado um aspecto da luta de classes que era ainda mais importante que o outro: a luta entre as nações proletárias e as nações capitalistas. (A burguesia italiana, que tinha chegado tarde à partilha do mundo pelas potências imperialistas, não podia deixar de ver com simpatia esse “desenvolvimento” da teoria da luta de classes, que legitimava as reivindicações imperialistas que ela – como representante da Itália-proletária – apresentava aos ingleses e franceses) (Konder, 2009, p. 32).

A reivindicação fascista, era uma reivindicação imperialista, ou seja, era a defesa de que a Itália, posteriormente a Alemanha — para se ater às duas experiências mais clássicas do fascismo — se tornassem potências imperialistas. Esse projeto político era duplamente favorável às burguesias desses países, pois era coercitivo com o proletariado das respectivas nações, que ficava impedido de lutar por seus interesses — toda reivindicação era vista como uma sabotagem contra a pátria, entendida como uma nação proletária —, e alcançando o objetivo, as grandes empresas italianas e alemãs participariam dos lucros advindos da dominação imperialista.

A nação italiana era, evidentemente, uma realidade: uma realidade complexa, uma sociedade marcada por conflitos internos profundos, dividida em classes sociais cujos interesses vitais se chocavam com violência. Mussolini fez dela um mito, atribuindo-lhe uma unidade fictícia, idealizada. Aproveitando uma ideia do nacionalista de direita Enrico Corradini, apresentou a Itália como uma “nação proletária”, explorada por outras nações, e acusou seus ex-companheiros socialistas de utilizarem o proletariado italiano para, com suas reivindicações, enfraquecerem internamente o país em proveito dos inimigos que a Itália tinha no exterior (Konder, 2009, p. 36).

Portanto, o entendimento da nação italiana enquanto uma nação proletária fazia parte da tentativa de unificação do país, sem superar as relações sociais que levaram a essas contradições internas — ou seja, com a continuidade e com a intensificação da exploração dos

trabalhadores italianos —, com base em um mito nacional, que, como exposto anteriormente levava a cabo os interesses da grande burguesia italiana.

O mito nacional deu base para a ideologia fascista e como aponta o próprio líder fascista “O mito é uma fé, é uma paixão. Não é preciso que seja uma realidade. [...] O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da nação!” (Mussolini *apud* Konder, 2009, p. 35-36). Ou seja, a liderança fascista entendia a ficção desse mito criado, o importante era a sua função dentro daquela sociedade — criar uma paixão em torno desse mito.

No que se refere às relações sociais internas, as contradições presentes na realidade italiana e alemã não foram foco de debate dos fascistas, até porque tinham de sustentar seu mito de unidade da nação.

Processava-se uma absorção do social pelo nacional. A fórmula veio a se tornar um dos princípios básicos do fascismo e logo adquiriu notável influência em escala internacional. Hitler adotou-a e radicalizou-a, sustentando, já em 1922, que “nacional” e “social” eram conceitos idênticos (Konder, 2009, p. 36).

Com isso, a ideologia fascista pretendeu silenciar as classes trabalhadoras e suas reivindicações, pois estas eram entendidas como uma forma de prejudicar a unidade nacional — existente somente como um mito — e a própria nação.

O sentido social conservador dessa ideia era claro: tanto na Alemanha quanto na Itália, os trabalhadores eram convidados a ver em seus compatriotas capitalistas não os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional (Konder, 2009, p. 37).

Essa é uma das expressões do nacionalismo reacionário protagonizado pelos regimes fascistas, diferente do nacionalismo, como indica Konder (2009), das nações verdadeiramente oprimidas pelo colonialismo. Este último surge dos interesses dos povos explorados dessas nações e se demonstra uma revolta autêntica com reivindicações democráticas. Já o nacionalismo fascista, surge dos interesses das classes dominantes de determinados países que foram derrotados na Guerra inter-imperialista de 1914.

Havia, porém, uma diferença essencial entre os ressentimentos nacionais cuja difusão as classes dominantes patrocinaram na Itália e na Alemanha (e, em outros termos, também no Japão) e a autêntica revolta nacionalista dos povos submetidos à exploração colonial. O nacionalismo dos povos efetivamente oprimidos e explorados é tendencialmente democrático e se fortalece através da mobilização popular feita “de baixo para cima”. Ele nasce de um movimento cujas raízes se acham nas condições reais da nação e por isso a assume em toda a sua complexidade, em sua contraditoriedade interna, não precisa renegá-la e substituí-la por um mito (Konder, 2009, p. 39).

Esses dois tipos de nacionalismo são integralmente opostos, enquanto os povos colonizados pretendem a própria libertação e a possibilidade de prosseguir sua história e cultura com autodeterminação; o nacionalismo fascista concebe a sua nação como a verdadeira nação humana e enxerga os demais povos como seres de menor valor.

O nacionalismo que exprime os sentimentos de um povo explorado pelo capital estrangeiro ou que exprime a revolta de um povo contra imposições de outra nação é um nacionalismo essencialmente defensivo: seus valores podem levá-lo a hostilizar circunstancialmente os estrangeiros exploradores, mas ele não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações. A valorização fascista da nação, ao contrário, exatamente porque é inevitavelmente retórica, precisa ser agressiva, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral (Konder, 2009 p. 40-41).

Nesse sentido, o autor caracteriza o movimento fascista como um movimento chauvinista, que entende sua própria nação, de maneira ficcional, como superior ao restante da humanidade, na verdade como a melhor representante da humanidade dentre todos os povos. Konder (2009) também afirma que em certas experiências fascistas, o caráter racista desse chauvinismo se acentuou, como por exemplo a experiência nazista.

Na Itália e na Alemanha, países que só realizaram a unificação nacional na segunda metade do século 19, o chauvinismo fascista assumiu tons particularmente histéricos e monstruosos; mas a verdade é que o uso do mito da nação como sucedâneo da autêntica comunidade humana pela qual as pessoas anseiam é uma característica essencial do fascismo e se manifesta em todos os movimentos desse tipo, independentemente dos países em que se realizam e independentemente das formas particulares que assumem (Konder, 2009, p. 45).

Segundo o autor, as experiências fascistas alcançaram o poder em diversos países, em especial na Itália e na Alemanha. Esses movimentos inovaram na forma como realizaram a propaganda de seus projetos de poder, “o fascismo foi o primeiro movimento conservador que, com seu pragmatismo radical, serviu-se de métodos modernos de propaganda” (Konder, 2009, p. 47). O fascismo passou a identificar a necessidade de realizar sua propaganda como se fosse uma mercadoria em meio a “sociedade de massas de consumo dirigido” (Konder, 2009, p. 47). Além do maior alcance do projeto proposto, essa nova forma de divulgação e de comunicação com as massas, segundo o autor, trazia um tom modernizador para o movimento fascista, ocultando seu conservadorismo. Outro ponto elencado por Konder para explicar a vitória política desses grupos em seus respectivos países, foi o grande financiamento dado pela burguesia nacional a eles, pois estes correspondiam aos interesses do grande capital, em especial o capital financeiro, com seus desejos monopolistas e imperialistas.

Mas há ainda um outro nível – mais abstrato – de vinculação do fascismo com os interesses básicos do capital financeiro. A guerra de 1914-1918 manifestou com clareza as profundas contradições existentes no mundo criado pelo capitalismo em sua fase imperialista. Pela concentração de poder econômico realizada em suas mãos, o capital financeiro foi levado a assumir a liderança na luta pela conservação (e correspondente atualização) do sistema. Para o capital financeiro, entretanto, o sistema só poderia ser salvo por meio de reformas que suprimissem certos estorvos, remanescentes da fase da “livre competição”, acentuassem a concentração do capital (uma forma de “racionalização” da economia) e aprofundassem a interdependência entre os monopólios e um “Estado forte” (Konder, 2009, p. 51).

A criação de um “Capitalismo monopolista de Estado”, como indica o filósofo, de viés fascista, foi o projeto político apoiado pelo grande capital nos países analisados. Com isso é possível perceber o forte viés de classe do fascismo. Mesmo que a ideologia pregasse uma unidade nacional — ficcional —, e um suposto bem da nação, os interesses que guiavam essa unidade hipotética eram os interesses do capital financeiro desses países. Sendo assim, as classes trabalhadoras eram completamente silenciadas e perseguidas, e o Estado foi utilizado para a intensificação da concentração de capital. Isso explica o arcabouço ideológico antisocialista e antiliberal do fascismo; pois, tanto a livre concorrência, como o fortalecimento das classes trabalhadoras, eram fortemente criticados por essa ideologia.

Para sintetizar tudo o exposto, Konder sustenta que:

[...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (Konder, 2009, p. 53).

Com isso, o autor traça as linhas gerais do que é o fascismo em sua dinâmica interna e externa — criação de um capitalismo monopolista de Estado com forte repressão aos trabalhadores e a outros povos; forte pretensão imperialista; tudo isso a partir de um pensamento irracionalista.

A definição de Konder auxiliará a compreensão do debate sobre as ditaduras militares da América Latina, realizado pelos dependentistas, tema que gerou posições diferentes dentro da TMD.

### 3.1.2 O DEBATE SOBRE O REACIONARISMO NA AMÉRICA LATINA ENTRE OS DEPENDENTISTAS

Neste tópico serão apresentadas as concepções de alguns integrantes da TMD em relação às ditaduras militares latino-americanas, com foco na contraposição entre Theotônio dos Santos (2020) e Marini (2018). Além disso, para demonstrar que o debate possui maiores variações, também será exposto, a partir de Fidelis (2023), as contribuições de Augustín Cueva e Atílio Borón.

Para iniciar a exposição da contribuição de Theotônio dos Santos (2020) nesse debate, é importante ressaltar que ele sinaliza a possibilidade de caracterizar outras experiências, que não sejam as clássicas, como fascistas, uma vez que:

Teoricamente podemos admitir a existência de um Estado fascista que não tenha sido criado por um movimento fascista, mas por uma ocupação ou um golpe militar, tal como ocorreu na Europa entre 1939 e 1945. Por outro lado, podemos admitir a chegada ao poder de um movimento fascista de forma subordinada, que não consegue instaurar um Estado fascista, mas somente formas parciais desse Estado (Dos Santos, 2020, p. 108).

Trazendo o debate do fascismo para a realidade latino-americana, especialmente a brasileira, o teórico indica que a América Latina estava em uma encruzilhada entre socialismo e fascismo na segunda metade do século XX. Ele aponta que o desenvolvimento autônomo na região, ou seja, a suplantação da dependência, só seria possível a partir da superação do capitalismo. Dessa maneira, com o fortalecimento das reivindicações que visavam à soberania nacional, os setores conservadores e reacionários se radicalizaram para realizar a manutenção da dependência<sup>28</sup> — incluindo a burguesia industrial. Isso deixava como opção, na concepção de Theotônio, dois caminhos para a região: a superação total do capitalismo para alcançar essa soberania ou o aprofundamento dos aspectos autoritários das classes dominantes e do Estado, que resultaria na conformação dos Estados fascistas dependentes.

[...] em termos capitalistas, não é possível outra forma de desenvolvimento que não seja a forma dependente [na América Latina]. Esta constatação é a chave de nossas reflexões, assim como a compreensão do caráter das transformações que ocorrem em nosso continente. Da constatação anterior deriva o terceiro efeito do progresso da industrialização integrada

---

<sup>28</sup> Mesmo que, em países como o Brasil, não houvesse um cenário pré-revolucionário, como já trabalhado no capítulo anterior.

internacionalmente ao capital monopólico na América Latina: a crescente radicalização política (Dos Santos, 2020, p. 58).

Em outro momento da mesma obra, o autor esclarece essa concepção — sobre os caminhos que a América-Latina poderia tomar — para isso, o autor trabalha com a categoria de “fascismo dependente” e explicita como ele é formado no seio da pequena burguesia; dos setores marginalizados; e dos setores mais retrógrados das classes dominantes. Além disso, ele também comenta sobre o caráter irracionalista e reacionário deste movimento.

Desta maneira, as opções que vão se configurando neste processo oscilam, por um lado, entre uma profunda revolução social que estabeleça as bases de uma nova sociedade sobre as ruínas da velha ordem decadente e ofereça à América Latina um papel de grande importância na criação do mundo do futuro, e, por outro, a alternativa da vitória das forças mais retrógradas e bárbaras do nosso tempo, a qual só poderá ocorrer através da destruição física das lideranças populares e da grande massa de seus militantes. Como se concretizaria esta segunda e terrível alternativa na América Latina? Somente através do surgimento de um movimento de massas pequeno-burguês com o apoio de setores marginalizados da população e do latifúndio decadente, e sustentado em uma ideologia profundamente irracionalista que fundamentasse tal carga de barbárie e atraso. Este seria o nosso fascismo colonial ou dependente (Dos Santos, 2020, p. 92).

Sendo assim, o autor caracteriza os movimentos de massas reacionários, que já se apresentavam no cenário de disputa política, com grandes mobilizações, como fascistas dependentes — realidade da América Latina, mas especialmente do Brasil, tendo em vista que em outro trecho, ele comenta sobre o pioneirismo deste processo no país<sup>29</sup>.

Esses movimentos fascistas dependentes, para Theotônio dos Santos, apoiados pelo grande capital — que em determinada conjuntura é mais representado pelo capital externo do que pelo capital local, tendo em vista as empresas transnacionais que atuam internamente, como aponta o autor<sup>30</sup> —, a partir da instauração da ditadura empresarial militar, se inserem de maneira subordinada no regime, levando em conta que “a ala fascista não ocupa os principais postos de comando, mas opera nas sombras e subordinada aos conservadores” (Dos Santos, 2020, p. 119).

---

<sup>29</sup> “O Brasil é nos dias de hoje uma amostra dessas contradições em sua forma mais aguda. Ali, o desenvolvimento capitalista industrial chegou à sua forma mais avançada e paradoxal na América Latina; ali, também, a sobrevivência dos velhos compromissos conservados no seio das novas formas e com elas combinados atingiram as facetas mais terríveis. Ali, pois, encontramos presságios terríveis ou libertadores para a América Latina (Dos Santos, 2020, p. 93).

<sup>30</sup> “Primeiramente, trata-se de um Estado imposto de cima para baixo, que fortalece antes o *capital internacional que o capital nacional (mas hoje em dia é o primeiro, e não o segundo, quem representa o grande capital, mesmo a nível local, pois as maiores empresas do país são as transnacionais)*, que prefere uma repressão de elite em vez de mobilizar as bases” (Dos Santos, 2020, p. 119, grifo nosso).

Além disso, ele apresenta que “os regimes ditatoriais atuais são a primeira fase de um processo de fascistização de longo prazo” (Dos Santos, 2020, p. 107). E que esse processo apresenta diferenciações evidentes em relação às experiências europeias.

A doutrina da “Segurança Nacional” foi a base ideológica que unificou politicamente a maioria dos militares. Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão e da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar. Também foram utilizadas milícias e grupos paramilitares para diminuir a responsabilidade direta das forças armadas nas tarefas mais sujas da repressão (Dos Santos, 2020, p. 118).

Dessa maneira, a análise de Theotônio revela que o fascismo dependente possui aspectos do fascismo clássico, mas não instaura esse modelo em sua completude. Todavia, ele expõe o conjunto de forças sociais que encabeçam esse fenômeno no capitalismo dependente, que em determinada conjuntura, conseguem o apoio do grande capital. Isso ocorre, pois, mesmo que o Brasil não presenciasse uma luta contundente de superação do capital, a efervescência social existente, reivindicava pautas que ameaçavam a relação de dependência e eram inegociáveis para as empresas transnacionais e para os setores agroexportadores. Dessa forma, por conta do combate ao movimento organizado do proletariado, os movimentos de massas reacionários foram de grande valia para estes setores.

Thays Fidelis (2023) em seu artigo: “Estado Dependente Latino-americano: A Contrainsurgência Como Característica Particular”; apresenta as posições de outros adeptos da TMD sobre a caracterização das ditaduras militares latino-americanas. Segundo Fidelis, Cueva entende os regimes ditatoriais da América Latina, enquanto fascistas, pois apresentam aspectos de classe e de forma de dominação específicos. Cueva interpreta que as ditaduras militares, pelo terrorismo de classe implantado, com interesses intimamente ligados ao capital monopólico transnacional — responsáveis pelo capitalismo monopolista de Estado na região —, devem ser lidas como fascistas.

Outro teórico destacado por Fidelis (2023) é Borón, que assimila o fascismo enquanto uma categoria histórica específica da disputa inter-imperialista que teve como consequência a Segunda Guerra Mundial.

Para o referido autor como o fascismo é uma categoria histórica não há possibilidade de transportá-lo às ditaduras civil-militares latino-americanas, sendo categórico ao afirmar que “o fascismo se situa historicamente no período de amadurecimento e crise da fase clássica do imperialismo. O fascismo ‘pertence’ a esse período particular na história do capitalismo

monopolista que se delimita com as guerras mundiais” (BORÓN, 1977, p. 499 *apud* FIDELIS, 2023, p. 186, tradução livre do original).

Portanto, para Borón, segundo a autora, as ditaduras militares latino-americanas não foram ditaduras fascistas, mas sim um outro processo com outras condicionalidades, que representou outra categoria histórica.

Marini (2018) se opõe a caracterização realizada por Theotônio. Ele percebe semelhanças entre o fascismo e o processo latino-americano, especialmente o brasileiro, mas aponta que os dois fenômenos são “formas particulares da contrarrevolução burguesa” (Marini, 2018, p. 2). O autor relata que o processo contrarrevolucionário da América Latina, influenciado pela doutrina de contrainsurgência norte americana — seguida à risca pelas forças armadas brasileiras —, possui similaridades com o fascismo. Como, por exemplo, a militarização da política, a aniquilação física dos inimigos políticos; o profundo anticomunismo, com a concepção de que são movimentos infiltrados — pensamento que se fortaleceu com a Guerra Fria.

Contudo, Marini destaca uma diferença fundamental entre o que ele considera “Estado de Contrainsurgência” — formado no Brasil a partir do golpe empresarial militar de 1964 — e a experiência fascista. Ele afirma que o processo contrarrevolucionário latino-americano, visava, a longo prazo, depois de eliminada a oposição, restabelecer a democracia burguesa, diferente do que entendia Theotônio dos Santos.

Em terceiro lugar, a contrainsurgência, ao pretender reestabelecer a saúde do organismo social infectado, isto é, da sociedade burguesa sob sua organização política parlamentar e liberal, se propõe explicitamente ao reestabelecimento da democracia burguesa, após o período de exceção representado pelo período de guerra. Diferentemente do fascismo, a contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa, tão somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento. Mediante a reconquista das bases sociais, se deve então marchar à fase de institucionalização, que é vista como o reestabelecimento pleno da democracia burguesa (Marini, 2018, p. 4).

No entanto, Marini concebe que existiram, de maneira secundária, elementos fascistas na preparação para o estabelecimento do “Estado de contrainsurgência”. Esses traços são secundários, de acordo com Marini, pois a burguesia monopolista, em seu projeto antipopular, não conseguiu angariar forças o suficiente dentre os sujeitos sociais a ponto de se contrapor, no âmbito das ruas, a esses movimentos. Dessa maneira, a formação de um Estado de contrainsurgência, em uma parceria do grande capital com as forças armadas, se fez necessário para restabelecer as condições favoráveis para a classe dominante.

Na fase de preparação do golpe, ou de desestabilização, se observam traços fascistas, mas estes são secundários. Através da propaganda, da intimidação

verbal e até física, que pode implicar a utilização de grupos armados, a burguesia contrarrevolucionária busca desmoralizar o movimento popular e ganhar força, somando aliados e neutralizando setores. Porém, por se tratar de sociedades baseadas na superexploração do trabalho, em nenhum caso ela tem condições para reunir forças suficientes para derrotar politicamente o movimento popular (...). Diferentemente do fascismo europeu, que foi capaz de arrastar amplas massas pequeno-burguesas e de abocanhar inclusive o proletariado, ganhando certo grau de apoio entre trabalhadores desempregados e até operários em atividade, a burguesia monopolista na América Latina não pode pretender reunir verdadeira força de massas, que lhe permita enfrentar politicamente, nas urnas e nas ruas, o movimento popular. Por isso, se coloca como meta o reestabelecimento das condições de funcionamento do aparato estatal, mesmo que temporariamente, para poder acioná-lo em seu proveito (Marini, 2018, p. 6).

Contudo, não há como negar a importância da pressão dos movimentos reacionários para a conquista dos objetivos do grande capital. Por mais que esta, de maneira isolada, não apresentasse capacidade de combater os movimentos populares, ela acabou por validar socialmente, o projeto encabeçado pelo Estado de contrainsurgência. Marini, em outra obra, relata as “marchas da família, com Deus, pela liberdade” (Marini, 2013, p. 103), e destaca que essas forças reacionárias foram responsáveis por mobilizações em todo o território nacional, e somente no Rio de Janeiro chegou a reunir um milhão de pessoas. É importante lembrar que essas marchas ocorreram um dia após o golpe militar de 1964 e representaram “O respaldo que os militares receberam da pequena burguesia” (Marini, 2013, p. 105).

Sendo assim, em um primeiro momento, é possível observar que há uma peculiaridade no reacionarismo de massas na formação social brasileira, no interior de um capitalismo dependente, que se desenvolveu de maneira retardatária em relação ao capitalismo central. Ao mesmo tempo em que ele representa uma intensificação do autoritarismo característico das classes dominantes dessa formação social, ele também se subordina ao regime empresarial militar, representado no Estado de contrainsurgência. Esse fenômeno pode ser observado, uma vez que os interesses dos setores das classes que foram às ruas e participaram das organizações reacionárias, ficaram em segundo plano a partir do golpe de 1964 — tendo em vista a concentração de capital realizada, que atinge de forma negativa os setores médios.

Em linhas gerais, a política de estabilização financeira do atual governo quer criar uma oferta de mão de obra mais abundante, baixando assim seu preço, e, ao mesmo tempo, "racionalizar" a economia, liquidando a concorrência excessiva que produziu a expansão industrial em certos setores e favorecendo, portanto, a concentração de capital nas mãos dos grupos mais poderosos. Isso beneficia, claro, os grupos estrangeiros, mas também beneficia a grande burguesia nacional (Marini, 2013, p. 107).

Com isso, um outro ponto a ser investigado no tópico seguinte, além da caracterização desses movimentos, é o aspecto ideológico que possibilitou a defesa do projeto de poder

representado pela ditadura, uma vez que a intensificação da dependência foi de encontro aos interesses dos setores médios que compuseram tais movimentos.

Para sintetizar o debate sobre a questão dos Estados ditatoriais latino-americanos, é preciso ter em mente a análise de Konder (2011) sobre o fascismo clássico, ele destaca o nacionalismo chauvinista e a disputa interimperialista como aspectos fundamentais do fascismo. Observando o estudo de Theotônio (2020) sobre o fascismo dependente, ele aponta o capital externo como um dos principais interessados na instauração do regime na América-Latina, o que demonstra sua subordinação ao imperialismo estadunidense. Isso demonstra a necessidade de uma nova análise sobre tal fenômeno, pois com as premissas observadas em Konder (2011), não é possível a caracterização das ditaduras latino-americanas enquanto fascistas, ou fascistas dependentes. Com isso, a investigação de Marini (2018) se mostra mais coerente para a análise desse processo, pois o Estado de contrainsurgência explica a relação subordinada ao imperialismo, das experiências ditatoriais na América-Latina, especialmente a brasileira. Para o estudo de como a ditadura do grande capital, instalada no Brasil em 1964, foi essencial para a consolidação da dependência e o papel do reacionarismo nesse processo, o próximo tópico conterá a análise do movimento reacionário no Brasil.

### 3.2 O MOVIMENTO REACIONÁRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Partindo da concepção de que o reacionarismo não é um movimento único, e na realidade, é representado por uma gama de grupos políticos com diferentes nuances, este tópico será destinado a analisar diferentes movimentos reacionários do cenário brasileiro. O Integralismo, com seu auge na década de 1930 e posteriormente a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945, que apesar do nome, esteve nas bases para a instauração do regime autocrático, gestado em 1964, serão analisados nos subtópicos seguintes. É importante ressaltar que por mais que exista essa diversidade reacionária, os grupos que a compõem são entendidos enquanto reacionários pela defesa em comum de retrocessos sociais, políticos e econômicos — do ponto de vista das classes trabalhadoras —, e em grande parte das vezes se utilizando de questões moralistas a partir de tradicionalismos mistificados e idealizados.

#### 3.2.1 O INTEGRALISMO

A Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e fundada em 1932, foi um movimento político antiliberal e anticomunista, com fortes vinculações religiosas —

vinculação já presente no lema “Deus, pátria e família”. A simbologia típica do movimento se assemelhava com a estética do fascismo clássico, mas também possuía como característica, aspectos que continham a intenção de apresentar um certo nacionalismo de tipo brasileiro. Esse não é um ponto central da pesquisa a ser realizada, contudo, é um importante aspecto para se entender o que influenciou esse grupo político. Nesse sentido, como demonstra a obra de Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto (2020) a AIB possuía um símbolo próprio, a letra grega *sigma* ( $\Sigma$ ); vestiam uniformes com as cores da bandeira brasileira, entendidos como um valor moral.

A camisa era identificada como um símbolo sagrado. Caso algum integralista vestisse a camisa para consumir álcool, dançar, jogar, ou mesmo apresentá-la em desalinho, seria punido com uma falta disciplinar grave. Em hipótese alguma a camisa verde seria uma fantasia de carnaval. Era proibição máxima. Se um membro fosse preso, esse integralista deveria pedir licença para retirar sua camisa, salvo no caso de prisão política, quando deveria ostentá-la com orgulho. A camisa verde era um elemento moralizador, assim como aquele que a vestisse. O uniforme era entendido como um elemento de supressão de qualquer diferença, agrupando todos os membros num bloco ordenado e integral (Gonçalves; Caldeira, 2020, p. 16).

Possuíam também uma saudação com características em comum com o fascismo clássico e o nazismo alemão, mas agora, ressignificada para a construção do mito da unidade nacional brasileira.

E, claro, o *Anauê!* A saudação integralista que em tupi significa “Você é meu parente” era utilizada como caracterização do movimento, além de forma de respeito às categorias hierarquizadas dentro do integralismo. É uma palavra afetiva. Dessa forma, o integralismo era estabelecido como a grande família dos camisas-verdes e um movimento nacionalista de sentido heroico. É a exclamação da saudação integralista. Serve ainda para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria. [...] O gesto com o braço direito estendido, erguido bruscamente pela frente até a posição vertical, era considerado uma expressão do ideal nacionalista (Gonçalves; Caldeira, 2020, p. 17).

Todavia, os aspectos centrais a serem estudados na pesquisa, em relação ao movimento de massas que representou o integralismo, se referem ao projeto econômico-político defendido por esse grupo; a adesão popular a esse movimento e o papel da AIB no combate às ideias socialistas; e o que isso representou para o aprofundamento da subordinação brasileira frente ao capital externo. Ou seja, vai além do simbolismo utilizado por esse movimento reacionário — por mais que isso seja parte essencial para o entendimento de sua ideologia.

A AIB foi um movimento de massas reacionário que conseguiu realizar uma forte pressão política na década de 1930, Gonçalves e Caldeira (2020), caracterizando o Integralismo como um grupo político de caráter fascista, demonstram a dimensão do alcance

de sua organização. Uma vez que “A AIB alcançou uma visibilidade até então não vista no Brasil, tanto é que pode ser considerado o movimento fascista com maior sucesso na América Latina” (Gonçalves; Caldeira, 2020, p. 15). Em outro momento da obra, os autores voltam a apontar a proporção atingida pela organização, o que revela o aspecto de massas da AIB:

As concentrações de rua passaram a ser uma marca do integralismo. Em todas as regiões do Brasil, homens, mulheres e crianças ocupavam as ruas com a intenção de mostrar a força do movimento. Algumas foram, de fato, impressionantes. Em junho de 1935, em Blumenau (SC), durante um congresso, foi possível ver uma multidão na rua XV de Novembro em demonstração de força para o governo (Gonçalves; Caldeira, 2020, p. 25).

Entretanto, cabe ressaltar que há diferentes interpretações. Como por exemplo, a concepção de Chasin (2000), que aponta o integralismo como uma espécie de “anti-imperialismo regressivo”, possibilitado por um capitalismo de “via colonial”. Além de diferenças que envolvem o irracionalismo das duas experiências, o autor explicita que esse aspecto tem como particularidade, a defesa de uma desindustrialização, de uma aceitação do caráter agrário do Brasil, o que impossibilita sua caracterização como fascista, pois em sua experiência clássica, em um capitalismo de “via prussiana”, pretendia para a Itália um desenvolvimento autônomo, a ponto dela se colocar em disputa com as outras nações imperialistas.

Isto posto, e retomados os cerne de que o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo híper-tardio, uma proposta de frenagem do desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista (Chasin, 2000, p. 27).<sup>31</sup>

Com isso, é perceptível que a caracterização desses movimentos no cenário sociopolítico brasileiro é um tema que gerou divergências entre os estudiosos. Dessa forma, é preciso analisar mais profundamente para tal caracterização.

Analisando o *Manifesto de Outubro de 1932* da AIB, redigido por Plínio Salgado, é possível perceber algumas características do movimento. A forte tendência religiosa já se apresenta em seu lema “Deus, Pátria e Família”, como destacado acima, que também se faz presente no manifesto. Esse aspecto se aprofunda já no início do documento, que é introduzido com a concepção filosófico-religiosa do integralismo, a partir da noção de que “Deus dirige os destinos dos Povos” (Salgado, 1932, p. 1) e que todos devem buscar

---

<sup>31</sup> A versão física do livro “A Miséria Brasileira” de José Chasin, não apresenta a parte final do artigo “A Via Colonial de Entificação do Capitalismo”. Dessa forma, utilizamos como referência para esta citação, o livro em formato eletrônico.

aperfeiçoamento moral, pressuposto pelo ideólogo reacionário, e uma suposta harmonia entre as classes para alcançar a “grandeza da Nacionalidade e a felicidade social” (Salgado, 1932, p. 1). Tal aperfeiçoamento moral se liga diretamente à moral cristã; e a harmonia social e o entendimento da nação brasileira por Salgado, fazem parte, na realidade, do mito integralista, o que ficará evidente no decorrer do manifesto.

A partir do entendimento da necessidade da união nacional, o integralismo, em seu manifesto, defendeu a execução de eleições indiretas para os cargos do poder executivo, eleitos pelas câmaras municipais, congressos provinciais e gerais. Por conta da hierarquia reivindicada, o chefe da nação, eleito pelo congresso geral não deveria ter sua autoridade questionada, um sinal claro do viés autoritário. É possível inferir que não seriam aceitas as pressões políticas em torno do poder executivo, tendo em vista que

Uma nação para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia livre da vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado é prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o que precisamos no Brasil (Salgado, 1932, p. 2-3).

Além disso, a defesa aberta da necessidade de dissolução dos partidos políticos, pois estes estão “fracionando a nação” (Salgado, 1932, p. 2), é outro sinal claro do autoritarismo da AIB. Esta premissa da unidade nacional é que dá base, em todo o documento, à ideologia integralista. Baseado nesta ideia, há a defesa de que a influência estrangeira é prejudicial; do antiliberalismo e do anticomunismo; da extinção dos partidos políticos e dos “Estados dentro do Estado” (Salgado, 1932, p. 2); do fim da luta de classes — não pela superação das contradições que dão materialidade a este fenômeno, mas simplesmente pela arbitrariedade de Plínio Salgado em tê-la decretado danosa à nação, ou seja, através do silenciamento das classes trabalhadoras. Para o autor do manifesto, tudo o que fosse passível de fragmentar a nação, deveria ser extinto.

No entanto, é notório que esta unidade nacional, não passa de um mito integralista, no qual a influência estrangeira, os partidos políticos e a luta de classes causaram a fragmentação da nação, que deve ser reconstituída através do autoritarismo integralista. Contudo, na realidade, as contradições sociais internas, advêm das relações sociais de produção. A história

brasileira foi marcada pelo escravismo e posteriormente pela superexploração da força de trabalho, como já foi indicado no capítulo anterior. Além disso, a influência estrangeira não é um fator inédito da modernidade no Brasil, como também já indicado no tópico 2. O período colonial foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo Europeu, e essa influência externa foi um ponto importante para a manutenção da economia agro-exportadora brasileira.

Dando continuidade à análise do manifesto de outubro, é possível notar a influência positivista no pensamento integralista. Todos os problemas do Brasil seriam resolvidos, para os integralistas se os elementos de fragmentação e desordem fossem eliminados, pois, de acordo com o manifesto, representam interesses particularistas. Dessa maneira, a nação prosperaria. No entanto, o integralismo, ao generalizar os próprios interesses como se fossem os interesses da nação, acaba por entender que tudo aquilo que se contrapõe a seus ideais, contraria os interesses nacionais.

Dessa forma, as reivindicações políticas dos trabalhadores seriam um elemento de fragmentação da nação, e as contradições advindas das relações sociais de produção deveriam ser solucionadas com a simples cooperação das classes — das mesmas classes que se beneficiam com a exploração do trabalho? — para os integralistas. Ao mesmo tempo, também há a sustentação da propriedade privada enquanto um direito natural, ou seja, a defesa da continuidade do sistema de exploração do trabalho.

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal democrático. Temos de adotar novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social (Salgado, 1932, p. 7).

Por mais que também se critique o capitalismo, essa crítica não está direcionada a suas contradições inerentes, mas ao caráter liberal e democrático em que este se apresentava. Dessa forma havia a defesa da propriedade privada fortemente regulada por um Estado autoritário e reacionário, com um aspecto agrário regressivo, como destaca Chasin (2020) em trecho acima.

Todas as mudanças pretendidas pela AIB eram tratadas pelo pensamento integralista como questões técnicas — tendo em vista o que seria, supostamente, o melhor para a nação. A ideologia integralista apreendia as questões políticas enquanto questões técnicas, e isso dava base para suas pretensões autoritárias, pois em uma ação técnica não há a mesma

complexidade do que as disputas políticas, que seriam silenciadas, caso o projeto integralista saísse vitorioso.

Pretendemos mobilizar, todas as capacidade técnicas, todos os cientistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, pára realizar a grandeza da Nação Brasileira. Pretendemos tomar como base da Grande Nação, o próprio homem da nossa terra, na sua realidade histórica geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, suas aspirações, estudando-o profundamente. , conforme a ciência e a moral. Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos (Salgado, 1932, p. 11).

Outra particularidade do mito nacional integralista era o entendimento do trabalhador, enquanto herói nacional, que deveria ser aperfeiçoado moralmente para ser transfigurado no “homem superior” (Salgado, 1932, p. 8). Esse aspecto está envolto de mistificações porque o integralismo não assimila o trabalhador em suas condições reais de existência na sociedade brasileira. Explorado nas relações sociais de produção.

O programa integralista, pelo menos a partir deste manifesto — instrumento da propaganda integralista para conseguir novos adeptos —, não adotava uma retórica evidentemente racista. No entanto ao negar as condições materiais das classes trabalhadoras, especialmente daquele setor recém escravizado pelo regime monarca brasileiro e ao impossibilitar que esse setor reivindique seus interesses com a noção de fragmentação da nação, o integralismo adota medidas marginalizam ainda mais esse setor das classes trabalhadoras, pois aqueles mais explorados nas relações sociais de produção, não superariam essa realidade sem reivindicações e sem luta de classes.

Em uma perspectiva histórica, a AIB teve seu auge na década de 1930. No entanto, de acordo com o artigo "Partido De Representação Popular (PRP): Apenas O Integralismo Sob Nova Roupagem?", de Marcos Paulo dos Reis Quadros, em 1937, colocada na ilegalidade pelo regime de Vargas, começa a perder forças.

Em novembro de 1937, o novo ordenamento constitucional concebido por Francisco Campos decreta o fim do pluripartidarismo e impede a ação de quaisquer forças oposicionistas sob o manto da “ameaça comunista”, que tendo irrompido na intentona de 1935, estaria sendo reorganizada no recém-descoberto “Plano Cohen”. O Estado Novo se instala: era o fim da AIB (Quadros, 2011, p. 85).

Logo em seguida, Plínio Salgado, ainda de acordo com Quadros (2011), foi preso em 1938 e exilado em Portugal em 1939. Em 1945, com o fim da Era Vargas, o líder integralista retorna ao Brasil e funda o Partido de Representação Popular (PRP). Porém, conforme o artigo analisado, o novo partido não consegue a mesma dimensão da antiga AIB, mesmo tendo alterado parte significativa de seu programa.

Plínio Salgado passa a defender uma democracia cristã pluripartidária, ou seja, passa a aceitar o sistema democrático burguês. O programa do novo partido, conforme Quadros (2011), era baseado na doutrina cristã — seu líder chega a falar de um partido espiritualista —, na defesa da democracia — vinculada a essa doutrina religiosa —, e seu característico anticomunismo e nacionalismo.

Como o PRP não foi tão representativo como a AIB no cenário político brasileiro, ele não será analisado de forma mais profunda nesta pesquisa. Dessa forma, será realizada a investigação, no tópico 3.2.2, sobre outro grupo reacionário com protagonismo nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, a UDN.

Por fim, se torna evidente que o integralismo apresenta inspirações e até tendências fascistas. Toda a estética reproduzida pelo movimento, além de seu mito nacional chauvinista, seu autoritarismo e anticomunismo mostram como o fascismo clássico inspirou Plínio Salgado. No entanto, por conta das diferentes condicionalidades em que os movimentos (integralismo e fascismo) se inserem, eles acabam por representar fenômenos diferentes nas realidades em que atuam. O fascismo clássico, como demonstra Konder (2011) se situa na disputa interimperialista, já o integralismo, não teria nem condições de propor algo do tipo na dinâmica dependente brasileira, uma vez que as classes em que se apoia — oligarquia agroexportadora — surge a partir de uma demanda do capitalismo dos países centrais desse sistema. Portanto, a proposta do integralismo vai no sentido de um retorno às bases rurais — que sempre foram dominadas pelas oligarquias, no Brasil. Dessa forma, a AIB se identifica com o fenômeno fascista e o assimila, mas para a realidade brasileira, representa um reacionarismo específico, um reacionarismo das oligarquias rurais.

### **3.2.2 A UDN E A CONSOLIDAÇÃO DA DEPENDÊNCIA**

Para a análise da UDN, será utilizada a pesquisa de Maria Victória de Mesquita Benevides (1981), intitulada “A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro”. Nesta obra, a autora examina o partido e o movimento udenista. Ela aponta os grupos que participaram e se aliaram à UDN, seus programas políticos e suas contradições.

A UDN, conforme a socióloga, surge em 1945, no fim do período da ditadura do Estado Novo e abriga um conglomerado de oposicionistas de Getúlio Vargas, estimulados pelo pensamento liberal e democrático. “Ampla frente de oposição, a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas” (Benevides, 1981, p. 28).

De acordo com a autora, a UDN, no momento de sua fundação, dispunha de representantes da oligarquia — grupo político dominante antes da era Vargas —; de antigos aliados de Vargas; de correntes liberais em determinados estados; e até mesmo integrantes da Esquerda Democrática — que não se vinculava ao PCB. Em relação a esta última, Benevides faz uma ressalva informando que não foi um grupo oficial da UDN, mas que as duas organizações realizaram importantes alianças.

É importante deixar claro, no entanto, que a Esquerda Democrática não pode ser confundida com uma facção ou uma ala dissidente da UDN, como geralmente acontece. A ED nunca pertenceu à UDN, isto é, como grupo organicamente integrado ao partido, mas apenas se compôs com ela, para consolidar a frente única de oposição à ditadura<sup>32</sup>. A prova disso é que, por ocasião das eleições para a Constituinte Federal a ED apresentou candidatos próprios, embora em chapa conjunta sob a sigla UDN-ED, elegendo Hermes Lima e Domingos Velasco (Benevides, 1981, p. 31).

Esse conjunto de linhas políticas, que se uniram para construir uma oposição à ditadura do Estado Novo, dentro de um só partido, fez com que surgissem algumas contradições. Mesmo com seu elitismo, mencionado por Benevides (1981), a UDN, em seu programa inicial, propunha uma série de medidas que fortaleceriam a organização das classes trabalhadoras e ampliariam os direitos sociais. Contudo, como será tratado adiante, sua prática política entrou em contradição com essas propostas.

Em 1945 o programa da UDN (sob a influência da Esquerda Democrática?) era, indiscutivelmente, melhor elaborado e com questões mais concretas do que os programas do PSD e do PTB. Em 1945, além das liberdades formais, constantes no ideário liberal clássico, e já publicamente reclamadas no "Manifesto Mineiro", a plataforma udenista reivindicava autonomia sindical, direito de greve, pluralismo sindical, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e instituição de conselhos de gestão nas fábricas. Em termos de políticas mais amplas, o programa registrava uma postura favorável à Reforma Agrária, "através do fracionamento das propriedades quando não devidamente aproveitadas" e à orientação da economia para a ampliação do mercado interno; propunha a redução de impostos nas mercadorias, de primeira necessidade, com a abolição paulatina dos impostos indiretos, substituídos pelo aumento do imposto de renda (o que nunca foi levado adiante); destacava a prioridade aos problemas de habitação e alimentação; defendia o ensino público gratuito, e, principalmente, (o que se transformaria em projeto de um udenista) a Previdência Social (Benevides, 1981, p. 182-183).

No entanto, o que a autora percebe, é que tais projetos nunca se materializaram na prática política dos udenistas. Como exemplo, o direito de reivindicação da classe trabalhadora, sempre fora negado e até mesmo perseguido pela UDN, por conta do forte

---

<sup>32</sup> Ditadura do Estado Novo (1937-1945).

anticomunismo do partido — a organização popular era entendida pelo viés da infiltração comunista. Fato que demonstra uma forte contradição interna da UDN.

O direito de greve, sagrado no programa de 1945, seria sempre negado, em nome das denúncias a "greves ilícitas, subversivas, de inspiração comunistas, e que só podem beneficiar os pelegos do PTB" (arq. UDN). Outro exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Do projeto inicial de 1948, apoiado pela UDN, organizado pelo Ministro da Educação, o udenista Clemente Mariani, que defendia as escolas primárias públicas, pouco restou no texto final, de 1961 (patrocinado por Carlos Lacerda<sup>33</sup>), que privilegia o ensino particular, religioso e economicamente seletivo (arq. UDN *apud* Benevides, 1981, p. 182).

Dessa maneira, o que pode ser apreendido é que a UDN nasce com reivindicações democráticas para realizar a oposição a Getúlio Vargas, mas a real democratização da política não se fez presente na prática do partido. Pautas de caráter moral, religioso e elitista são adotadas pelo partido, como por exemplo o ensino religioso e excludente exposto acima. Isso fica mais evidente com as convenções do partido, nas décadas de 1950 e 1960, destacadas por Benevides (1981), em que as pautas referentes à democratização desaparecem e dão lugar à defesa da moralização da política, em uma retórica anticorrupção — posição que visava conquistar o apoio dos setores médios .

A radicalização da oposição udenista — sobretudo frente à política social de Getúlio e à intervenção de João Goulart, Ministro do Trabalho — dirige a UDN para posições cada vez mais conservadoras, quando não reacionárias. Na Convenção Nacional de 1953 a questão social deixa de ser prioritária, destacando-se, nas diretrizes partidárias, a ênfase no moralismo e no bacharelismo. O programa de urgência de 1953 inscreve, como ponto principal de sua política, o combate aos prevaricadores, pela moralização administrativa e ‘punição dos faltosos’ [...]. Não há mais referências explícitas ao direito de greve; pelo contrário, a questão passa a ser vista com extrema desconfiança [...] (Benevides, 1981, p. 183-184).

Para além disso, o planejamento para lidar com as contradições sociais inerentes às relações sociais de produção capitalista, e atingir a “superação da luta de classes”<sup>34</sup>, de acordo com o estudo de Benevides (1981), se tornou simplesmente a cooperação entre as classes — esse aspecto do programa é muito semelhante ao entendimento integralista sobre a questão, indicado no ponto 3.2.1, uma vez que o integralismo defendia a “cooperação das classes” contra a “fragmentação da nação”. Isso, na prática, como já explicitado, retira a capacidade

---

<sup>33</sup> A figura de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara no período de 1960 a 1965 e fundador da Tribuna da Imprensa, teve protagonismo dentro do reacionarismo brasileiro e será mais detalhada à frente.

<sup>34</sup> Não uma superação real da luta de classes, mas uma negação desta. Tendo em vista que visavam a manutenção do capitalismo.

organizativa das classes trabalhadoras e as enfraquece perante os interesses das classes dominantes.

Já em relação à política econômica defendida pela UDN, a autora entende que não havia um programa único, tendo em vista os diversos grupos que compuseram o partido. Algumas posições pontuais de determinados parlamentares da UDN se destacaram, porém havia uma série de divergências no interior da organização, durante toda sua existência.

Seria inexacto, portanto, apresentar como um todo programático coerente a política udenista em relação à intervenção do Estado no domínio econômico, *lato sensu*, ou, mais especificamente, a política de defesa dos capitais estrangeiros, de proteção aos recursos minerais ou de estímulo às empresas públicas. São, na verdade, posições de determinados parlamentares em relação a determinados temas que compõem a imagem pública do partido. Pode-se falar, por exemplo, no entreguismo empedernido de Herbert Levy, ostensivo representante da lavoura cafeeira, a qual, como diria Celso Furtado, sempre soube socializar as perdas e privatizar os lucros. Da posição nacionalista de João Agripino e Gabriel Passos à frente da pasta de Minas e Energia. Do esforço de José Bonifácio em defesa do acionista minoritário em face dos interesses da União, como no caso das assembléias do Banco do Brasil. Dos estudos de Bilac Pinto para um novo modelo de empresa pública [...] (Benevides, 1981, p. 196).

Contudo, com a análise de Benevides (1981), é possível notar que há alguns aspectos de da política econômica do partido que representavam certa unidade, ou talvez, uma hegemonia dentro da UDN. A posição sobre intervenção do Estado na economia e a relação com o capital estrangeiro, foram pontos cruciais em todos os programas partidários. Como destaca a autora, “*A colaboração do capital estrangeiro é defendida com ‘igualdade de tratamento em relação ao nacional, assim como garantia de estabilidade da legislação e liberdade de entrada e saída no país’*. Esse ponto seria retomado em todos os programas da UDN” (Benevides, 1981, p. 198, grifo da autora). No que diz respeito à intervenção estatal na economia, a política udenista, com seu viés liberal<sup>35</sup>, entendia que seria necessário “apenas a ‘ação supletiva’ nos empreendimentos públicos não lucrativos” (Benevides, 1981, p. 198), junto à defesa da iniciativa privada para a gestão da economia.

Somado a isso, a prática do partido demonstra que a ampliação do mercado interno, ou seja, a elevação do poder de compra das classes trabalhadores e dos setores médios, nunca foi uma preocupação real dos udenistas. Por mais que, em seu programa político inicial, existissem elementos que condenavam a monopolização, a acumulação excessiva de capital, a desigual distribuição da renda, a sua prática política se dava de maneira oposta. Isso se deu por conta, mais uma vez, de seu anticomunismo e seu receio em relação à luta de classes, pois

---

<sup>35</sup> A UDN, de acordo com a análise, assimila o liberalismo econômico com seu golpismo e reacionarismo.

esta poderia se intensificar caso o proletariado estivesse em melhores condições de vida e de organização política. Esse fenômeno também é demonstrado por Benevides.

Ao que parece, a austera defesa "da distribuição de renda com limites ao lucro do capital" não passou da retórica, Como aponta Otávio Dulci, a UDN sempre defenderia o crescimento econômico, mas não necessariamente associado à ampliação do mercado interno, pois acena com os perigos da exacerbação das lutas de classes; nunca houve, no partido, preocupação real em perceber as bases estruturais da crise econômica (Dulci 1977, p. 36 *apud* Benevides, 1981, p. 199).

Portanto, é possível identificar que a UDN apresentava uma prática que não condizia com seu programa partidário. O que, em sua retórica inicial, visava a defesa da democratização por meio do fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores, se tornou uma perseguição às greves e aos sindicatos; e o antigo entendimento da necessidade de uma distribuição mais igualitária da renda, com críticas à monopolização, se tornou um verdadeiro ataque ao mercado interno e a defesa da total abertura da economia ao capital estrangeiro. Com isso, é evidente que o partido alterava sua retórica de acordo com o momento histórico, de acordo com seu pragmatismo para alcançar os setores médios da sociedade, ao mesmo tempo que defende interesses dos setores monopolistas e agroexportadores do capital.

Tendo em vista a análise do capitalismo dependente realizada no capítulo anterior, é possível afirmar que a UDN se apresenta como uma força interna disposta a acentuar e consolidar a dependência. Pois, como já explicitado, o investimento externo, que visa a transferência de valor às economias do capitalismo central; a contenção do mercado interno; o enfraquecimento das reivindicações das classes trabalhadoras, são determinações essenciais do capitalismo dependente. A UDN, com uma retórica atrelada à dinâmica da luta de classes em que se insere, aparenta defender as liberdades democráticas, mas na realidade, defende os interesses das classes dominantes que mais se beneficiam com a dependência, em especial as oligarquias e o capital externo.

Outro aspecto importante da retórica da UDN é sua tentativa de aproximação aos setores médios, como a pequena burguesia e os profissionais liberais, fenômeno que foi mencionado acima quando explicitado a mudança no projeto udenista — momento em que o direito à greve e a autonomia sindical desapareceram de seu projeto, dando lugar ao moralismo. Benevides (1981), aponta que o temor da “proletarização”, existente nos setores médios, foi um sentimento mobilizado pela UDN para conquistar o apoio dessa base, e com isso, a prática udenista, que desde sua gênese, já apresentava seu anticomunismo, foi se tornando cada vez mais autoritária em relação à organização do proletariado. Sobre este assunto, a autora conclui:

Sobre esta delicada questão das classes médias é possível concluir o seguinte: a UDN pode ser considerada “partido das classes médias” no sentido de que era o único grande partido que se dirigia diretamente às classes médias — nos programas, nos discursos, na imprensa, nos meios militares — sobretudo através das denúncias de “proletarização” e da corrupção administrativa. Era o partido que se proclamava herdeiro dos movimentos liberais das classes médias na história brasileira, mas em termos de defesa de interesses econômicos a UDN expressava, também, e sobretudo, os interesses dos proprietários de terras (em nada diferindo do PSD, por exemplo) e da indústria aliada ao capital estrangeiro (Benevides, 1981, p. 217).

Com isso, o que se pode inferir é que a UDN, em sua retórica, buscava o apoio dos setores médios, que representavam uma força política dos meios urbanos, porém, a política econômica defendida pelo partido tendia a responder, primeiramente, aos interesses das oligarquias e do capital externo, ou seja, os setores com maior interesse na consolidação do capitalismo dependente brasileiro.

A análise de Benevides (1981) também contribui para o entendimento da forma com que a UDN passa a defender esse projeto político e econômico ao longo de sua existência. Como já constatado, em seu surgimento, a organização apresentava um projeto democrático — o que deve ser entendido pelo contexto da década de 1940, especificamente do ano de 1945, quando a ditadura do Estado Novo chegava ao fim, juntamente com a Segunda Guerra Mundial, e a retórica democrática ganhava força. No entanto, como demonstra a autora, com o decorrer das décadas de 1950 e 1960, se fortalece no partido um viés golpista e autoritário, que desejava mobilizar as forças armadas, os setores médios e as classes dominantes.

Segundo Benevides (1981.) o golpismo da UDN se torna evidente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e prossegue nos períodos seguintes, culminando no golpe de 1964 — apoiado pelo partido. No período da presidência de Jânio Quadros (1961), conforme a socióloga, o golpismo reacionário, representado pela figura de Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara de 1960 a 1965, teve hegemonia dentro da UDN — mesmo que a organização ainda abrigasse uma ala mais democrática.

O golpismo redivivo, consolidado na pregação de Carlos Lacerda — que se torna, para a opinião pública, o líder nacional do partido — dirigia-se para as supostas disposições golpistas do presidente, na reedição dos “contragolpes preventivos”; significava, também, o nítido distanciamento entre a ala radical da UDN carioca e o udenismo dos “históricos”, representados, entre outros, por Milton Campos e Afonso Arinos (Benevides, 1981, p. 114).

Tal golpismo já pressionava o governo de Jânio Quadros, mesmo este tendo tido o apoio da UDN nas eleições, por conta do descontentamento do grupo político com a política externa adotada e aos acenos a países socialistas. Assim sendo, Carlos Lacerda e seus

apoiadores no partido já tentavam, em 1961, articular as forças armadas e as classes médias, tendo em vista o sentimento anticomunista, para a efetivação de seu projeto de tomada do Estado, como aponta a autora, se apoiando nos estudos de Isabel Picaluga: “Carlos Lacerda conseguiria ‘aglutinar todo o descontentamento existente, privilegiando os aspectos políticos capazes de acirrar o anticomunismo dos militares e das classes médias’ (Picaluga 1980, p. 71 *apud* Benevides, 1981, p. 117).

O pensamento de Carlos Lacerda se baseava no elitismo, no autoritarismo — com vistas a defender o interesse burguês-oligarca — e na moral cristã e ocidental. Fabrício Ferreira de Medeiros (2022), em seu artigo “O Autoritarismo Instrumental no Pensamento de Carlos Lacerda”, aponta como o político e jornalista<sup>36</sup> concebia a democracia, o voto popular e as reivindicações populares.

[...] a democracia, para Lacerda, não equivale, necessariamente, ao governo do povo. O princípio do governo do povo exercido por representantes escolhidos em eleições livres, abertas e competitivas é aceito, mas com ressalvas. A sequência de derrotas nas eleições presidenciais (1945, 1950 e 1955) e o predomínio do PSD e do PTB no Congresso Nacional e nos governos federais foram interpretados por Carlos Lacerda como sinal de que o povo ainda não estava preparado para votar. Em seu entendimento, a democracia não equivaleria ao governo da maioria ou do homem comum, e sim dos "melhores", termo que aparece nas fontes como sinônimo de elites. Em suas palavras, ‘A democracia é um regime difícil e árduo. Ao contrário do que geralmente se pensa, por culpa de alguns generalizadores bocós, ela não é o regime do homem comum, do homem qualquer, do qualquer um, do homem da rua’ (Tribuna da Imprensa, 1950 *apud* Medeiros, 2022, p. 263-264).

É possível constatar que Lacerda não tinha nenhum apreço pela democratização das decisões políticas. Por se considerar, e considerar a UDN, como representantes da elite nacional, ou seja, representantes daquilo que ele julgava ser o que há de mais avançado na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que sofreram sequenciais derrotas em disputas para o poder executivo da nação, ele passa a avaliar que o povo é que está votando errado e que a decisão popular não deve ser aceita. Carlos Lacerda representa, na realidade, o autoritarismo e o elitismo das classes dominantes brasileiras, que, subordinadas ao capital externo, condenam o próprio povo há uma realidade de superexploração da força de trabalho e atrofiação do mercado interno.

Por chegar nessa conclusão, Lacerda, seguindo a exposição de Medeiros (2022), defende que o Brasil precisaria passar por um golpe de Estado para dar autenticidade e moralidade às instituições políticas. Além disso, o udenista entendia que as Forças Armadas

---

<sup>36</sup> Carlos Lacerda fundou, em 1949, o jornal diário “Tribuna da Imprensa”. (Leal, s.d.)

deveriam atuar como um regulador dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) , atuando como um quarto poder.

Nota-se que, por mais que Lacerda tenha conseguido alcançar um número significativo de seguidores, tendo em vista que os lacerdistas foram maioria dentro da UDN, segundo Benevides (1981), seu pensamento era muito simplista, não apreendia a complexidade das relações sociais na realidade brasileira e entendia a política através de uma ótica cristã, “como uma luta entre o bem e o mal” (Medeiros, 2022, p. 260). No entanto, este simplismo, pode ser um dos motivos de identificação pelos setores médios brasileiros, mergulhados no anticomunismo característico da Guerra Fria, que levava, na verdade, a um sentimento elitista e antipopular.

Com o início do governo de João Goulart (1961-1964), inserido na tradição getulista, o golpismo da UDN se intensificava de tal forma que até setores liberais mais tradicionais do partido adotavam tal postura, pois “Seu governo, marcado por inúmeras crises, porém polarizador da mais intensa mobilização social e política da história brasileira contemporânea, contribuiria, decisivamente, para acuar a UDN tradicional em posições cada vez mais golpistas e reacionárias” (Benevides, 1981, p. 118). Ou seja, com o governo de Goulart, há um acirramento da luta de classes no Brasil. O aumento das pressões populares, faz com que, por outro lado, o sentimento anticomunista da UDN se acirrasse cada vez mais — sentimento compartilhado com os setores médios e com a hegemonia das forças armadas, esta sendo altamente influenciada pelos Estados Unidos (EUA).

A retórica udenista, assimilava o golpismo a uma defesa de uma moral cristã e ocidental, protagonizada pelos EUA no período da Guerra Fria. Com base em mitos, que agora não é mais um mito nacional, mas ocidental, e na defesa de um projeto econômico subordinado ao imperialismo, a UDN caracterizava o governo de Goulart e seu apoio popular, como a representação “das forças do mal”, como destaca Benevides:

Para a UDN, as forças do mal estavam soltas. Sua missão, o exorcismo; seu objetivo, a defesa da propriedade, contra a ação do Estado; sua bandeira, a manutenção da ordem cristã e ocidental. Um programa coerente com os interesses predominantemente conservadores do partido e da aliança de classes da qual participava, e que levaria a UDN, fatalmente, à se associar aos militares, aos empresários e aos políticos da Ação Democrática Parlamentar, na preparação e efetivação do golpe de 64 (Benevides, 1981, p. 119).

Contudo, o alinhamento da UDN com os EUA não se deu somente por questões ideológicas, havia um financiamento de parlamentares da Ação Democrática Parlamentar — a

qual a UDN fazia parte —, por parte do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instituição diretamente ligada ao país imperialista.

A ação econômica do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para o favorecimento — com fundos de origens principalmente americanas — dos candidatos ostensivamente antijanguistas e "anticomunistas" da Ação Democrática Parlamentar chegaria a ser objeto de uma CPI (em junho de 1964, relatada pelo udenista Pedro Aleixo e presidida pelo pessedista Ulisses Guimarães). O financiamento da campanha — imprensa, televisão, propaganda, transportes, etc. — seria confirmado, mais tarde, por vários beneficiários, assim como pelo embaixador americano Lincoln Gordon ("As Sombras do IBAD", *in* Veja, 16/3/77). O deputado udenista Ernani Sátiro, por exemplo, não apenas admite ter recebido fundos do IBAD para sua campanha, como justifica a utilização do poder econômico "em defesa da democracia, contra a ameaça comunista" (entrevista à autora, 6/1/77) (Benevides, 1981, p. 121-122).

Além dos parlamentares, os EUA, também patrocinaram outros importantes agentes desse período, como os governadores de oposição à Goulart, especialmente Carlos Lacerda<sup>37</sup>. Portanto, as ações golpistas da Ação Democrática Parlamentar, e especificamente da UDN, eram fortemente influenciadas pelos interesses imperialistas dos EUA, não só pela moral cristã e ocidental representada pelo país, mas pelo apoio militar e financeiro dado a esses grupos.

Com o passar do governo de Goulart, o caráter golpista da ala hegemônica da UDN só se intensifica. Na convenção partidária de 1963, o presidente da UDN, Bilac Pinto, de acordo com o livro de Benevides, faz um chamado por um golpe militar.

No encerramento da Convenção Bilac Pinto, presidente do partido, conclama as Forças Armadas para "interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo à família brasileira a tranquilidade", reiterando os ataques contra o governo "infiltrado de comunistas" (Arq. UDN *apud* Benevides, 1981, p. 124).

Contata-se que a UDN teve um papel decisivo para a implementação do Golpe que viria a ser concretizado em 1º de abril de 1964. O partido articulou a oposição a Goulart, as camadas médias da sociedade e as forças armadas em torno de um pensamento anticomunista, no qual o Brasil estaria passando por uma revolução comunista<sup>38</sup>, e que seria necessário

<sup>37</sup> Marini (2013), em seus escritos, indica o financiamento dos EUA aos governadores de oposição a João Goulart, especialmente a Carlos Lacerda. "A intervenção estadunidense tampouco tardou em se revelar. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Mann, as verbas da Aliança para o Progresso se dirigiam, sem passar pelo governo federal, àqueles governadores "capazes de sustentar a democracia"; apenas o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via." (Marini, 2013, p. 102).

<sup>38</sup> Como exposto no tópico 2.3, o Brasil passava por um momento em que dois projetos, dentro da dinâmica capitalista, disputavam o poder. Ou seja, o sentimento anticomunista era mobilizado não por uma revolução real que estaria acontecendo, mas sim contra um projeto de poder que visava a superação da dependência.

organizar as forças de oposição para impedir este acontecimento. E isso seria realizado através de um golpe civil militar, que viera a ser concretizado em 1964, com participação dos EUA.

E independentemente da posição ideológica de alguns de seus mais ilustres líderes, caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de "guerra revolucionária" (inspiradas pela íntima associação com a Escola Superior de Guerra) que se constituíram no arcabouço ideológico para a congregação de todas as forças de centro e de direita (empresários, políticos, militares, imprensa, famílias, Igreja) contra a "ameaça comunista". O perigo de o Brasil "se converter em outro bastião comunista, como Cuba" segundo alerta de Júlio de Mesquita, seria a razão principal apresentada para solicitar a intervenção dos Estados Unidos, para impedir a "ditadura esquerdista" no Brasil (Bandeira, p. 143 *apud* Benevides, 1981, p. 124).

Logo após o golpe, a UDN declarou sua plena concordância com o processo antidemocrático. Em um misto de moralismo político e cristão, os udenistas comemoraram a derrota da democracia brasileira e a deposição do presidente João Goulart.

Em sua primeira nota oficial logo após a queda de Goulart, a UDN se congratula com as Forças Armadas pela "vitória contra a ameaça da ditadura comunista e contra a subversão dos ideais cristãos", propondo-se a continuar "na luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo". Na ação das Forças Armadas a UDN apontava a realização de seu próprio programa, enraizado nas antigas teses anticomunistas e moralistas. Nesse sentido, a UDN apoiaria todas as "medidas revolucionárias" formalizadas pelo Ato Institucional, de autoria dos juristas Francisco Campos e Carlos Medeiros Silva, aparentemente tão distantes da ordem jurídica sempre defendida pelos bacharéis udenistas e efetivadas pelo presidente Castelo Branco, eleito pelo Congresso a 11 de abril, tais como: intervenção nos sindicatos, dissolução de organizações populares como a CGT, a UNE e as Ligas Camponesas; cassações e suspensões de direitos políticos; prisões e instalação de inúmeros IPMs (*inquéritos policiais-militares*), etc. (Benevides, 1981, p. 128).

Mesmo em uma clara contradição com os princípios que fundaram o partido em 1945, a UDN declara apoio a todas as medidas do regime militar, que segundo a convenção, e citado acima, representava o próprio programa udenista. Sendo assim, o partido que nasce com um programa político supostamente democrático, acaba por consolidar a ditadura civil-militar, na segunda metade do século XX, no Brasil.

Sendo assim, a UDN acaba por compor o governo ditatorial. Segundo Benevides (1981), o próprio Castello Branco tinha aproximações significativas com o partido. Além disso, vários quadros da organização compuseram o regime.

Oficialmente, em termos de densidade partidária, a UDN estava presente em vários postos do governo Castello Branco (que se declarava um "udenista roxo", admirador de Lacerda e de Adauto Lúcio Cardoso), como a presidência do Senado, com Daniel Krieger e a presidência da Câmara (pela primeira vez na história do partido) com Bilac Pinto. Milton Campos é o

primeiro Ministro da Justiça (pediria demissão para não ter que assinar o Ato 2, da extinção dos partidos), Raimundo de Brito da Saúde e Sandra Cavalcanti preside o Banco Nacional de Habitação (Benevides, 1981, p. 130).

Com isso, observa-se a importância da UDN para a manutenção do regime ditatorial, e consequentemente, para a consolidação do capitalismo dependente brasileiro, uma vez que, como já comentado no capítulo anterior, a ditadura civil militar representou a garantia dos interesses das classes dominantes mais retrógradas umbilicalmente ligadas à dependência brasileira.

No entanto, já no início do processo ditatorial, os golpistas da UDN já apresentaram novas divergências. Carlos Lacerda, conforme apresentado por Benevides (1981), por ter a ambição de disputar a presidência do Brasil, se colocou como oposição a Castello Branco — e dentre outras questões, por considerá-lo “legalista” demais.

Carlos Lacerda opunha-se às iniciativas do presidente Castello Branco quanto à antecipação da Constituinte Nacional, e, sobretudo, quanto à prorrogação do mandato. Esta prorrogação se daria através de uma emenda dos senadores udenistas João Agripino e Afonso Arinos, vista por Lacerda como ‘um instrumento contra sua vitória certa nas eleições de 65’. A verdade é que Lacerda se aproximara da ‘linha dura’, anti-Castello, e passara a contar com a oposição dos setores mais liberais dentro da própria UDN, como Afonso Arinos, João Agripino, Milton Campos e Daniel Krieger, para quem Lacerda, se eleito, ‘seria um ditador’ (Viana Filho, 1975, p. 103 *apud* Benevides, 1981, p. 130).

Dessa forma, a oposição realizada por Lacerda não se deu por conta de uma mudança de posição deste, mas pelo entendimento de que o processo deveria ser ainda mais contundente contra seus opositores e para garantir os interesses dominantes que compõem o capitalismo dependente.

Vale destacar que a UDN, enquanto partido, teve seu fim logo após o golpe, em 1965, com a instituição do Ato Institucional nº 2, que decretou a ilegalidade dos partidos existentes. Com esse processo, foi criada a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o principal partido da ditadura, que absorveu dentre outras organizações, a própria UDN. Além disso, também foi estabelecido o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma espécie de oposição permitida pelo regime ditatorial.

Menos de dois anos após a vitória [golpe], a UDN seria extinta, juntamente com os demais partidos, “como exigência do processo revolucionário”, pelo Ato Institucional nº 2. Renasceria, na ARENA, com sua identidade diluída nos inevitáveis compromissos inter-partidários (sobretudo com seu cordial adversário, o PSD) e, acima de tudo, sob a inequívoca hegemonia de poder militar. (Benevides, 1981, p. 126).

Como indicado pela autora, alguns integrantes mais tradicionais da UDN protestaram contra a dissolução dos partidos. Contudo, grande parte dos udenistas percebiam essa ação como necessária para a consolidação do projeto defendido.

[...] o Ato 2 — apesar da evidência suicida para o partido — correspondia às propostas dos "realistas" da UDN, como Juraci Magalhães (Ministro da Justiça) e Magalhães Pinto, para quem a extinção dos partidos era inerente ao processo revolucionário<sup>39</sup> [...] (Benevides, 1981, p. 132).

Além disso, os governos militares que se sucederam ao golpe, contaram com os antigos udenistas em sua composição, inclusive ocupando o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, indicados diretamente pelo chefe do executivo.

Lembre-se, no entanto, que em 14 anos de bipartidarismo a presidência da ARENA foi ocupada por seis udenistas, contra dois não-udenistas. Após o Ato 2, em sinal de protesto, Pedro Aleixo, Adauto Lúcio Cardoso e Milton Campos recusam cadeiras no Supremo Tribunal Federal, aceitas, no entanto, por Aliomar Baleeiro, Prado Kelly e Oswaldo Trigueiro (Benevides, 1981, p. 132).

Esse fator mostra o protagonismo, mesmo que sob a tutela militar, que o partido teve no processo do golpe, e posteriormente em sua consolidação e manutenção. A UDN, representando os interesses das classes dominantes brasileiras, e do capital externo inserido na dinâmica nacional, demonstrou o autoritarismo destes em sua prática política.

Portanto, se comparada ao integralismo a UDN representa um tipo diferente de reacionarismo, aquele possuía um viés antiliberal e antimoderno, já o partido de Carlos Lacerda, assimilou seu liberalismo com práticas autoritárias, com o golpismo. Além de seu anticomunismo e elitismo, que condenava toda reivindicação popular, a UDN representava os interesses das classes dominantes inseridas na dinâmica dependente brasileira, especialmente os interesses do capital externo, tendo em vista a defesa da abertura econômica a este capital. Portanto, ao analisar a UDN, é possível identificar diferenças essenciais com relação ao fascismo, como por exemplo seu viés liberal; a subordinação ao capital externo; a integração econômica ao imperialismo estadunidense, etc. Diante disso, o partido representou um outro tipo de reacionarismo; um reacionarismo subordinado ao imperialismo; um reacionarismo que buscava aplicar a “doutrina de contrainsurgência” dos EUA, descrita por Marini (2018), e que teve na ditadura militar de 1964, a aplicação de seu projeto de poder, a partir da consolidação da dependência.

---

<sup>39</sup> É importante ressaltar que para os udenistas, o golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura do grande capital no Brasil, foi considerado como um “processo revolucionário”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda construção realizada até aqui, é possível constatar que o Brasil, ao se inserir na divisão internacional do trabalho de maneira subordinada, formando assim um capitalismo de tipo dependente no país, possibilitou, de maneira concomitante a esse processo, a constituição de classes com características particulares.

O setor industrial surge para responder às demandas do setor agroexportador e acaba por depender do capital internalizado por este para sua acumulação. Esse fenômeno fez com que, mesmo ganhando certa autonomia e constituindo um mercado interno próprio, o setor industrial nunca tenha se desvinculado totalmente dos interesses das oligarquias e avançado na superação das formas político-econômicas estabelecidas.

Portanto, o capitalismo dependente, mesmo tendo como aspecto fundamental a insuficiência do mercado interno e a alta concorrência em relação ao capital estrangeiro, representa a forma como o capital, dito nacional, se associou às oligarquias e ao capital estrangeiro — em detrimento das classes trabalhadoras, submetidas à superexploração da força de trabalho — para conquistar seu espaço na acumulação de capital. De modo que, qualquer contestação contra a dependência — e não contra capitalismo em si —, é uma contestação da própria existência desse setor, formado a partir da subordinação e da dominação “burguesa-oligarca”, como afirma Bambirra (2013).

Por conta disso, o autoritarismo das classes dominantes é muito mais evidente na formação social brasileira. Os mecanismos que o capital possui para a manutenção do sistema por meio de concessões às classes trabalhadoras, são mais limitados, tendo em vista a impossibilidade de se realizar reformas, como a reforma agrária, nesse tipo de dominação dependente; a impossibilidade de se ampliar os salários e os direitos sociais — por conta da necessidade da superexploração e da transferência de valor aos países do capitalismo central. Com isso, o uso da força para limitar a participação da população trabalhadora na dinâmica da vida social, é um meio mais recorrente para a manutenção da dependência.

A militarização do Estado no pós-1964, representou a aplicação da doutrina de contrainsurgência, como afirma Marini (2018), estabelecida no Brasil, e em outros países da América Latina em outros momentos do século XX. Doutrina que tinha como base a perseguição a qualquer reivindicação popular antes que esta avançasse para um momento revolucionário ou até mesmo de contestação da dependência. Considerando esse caráter da formação social brasileira, do Estado e das classes sociais, a pesquisa buscou responder de que forma os movimentos reacionários influenciaram para a consolidação da dependência e para o golpe da década de 1960.

A partir do cenário sócio-político apresentado em toda a pesquisa, surgem e ganham protagonismo, os movimentos reacionários, em especial para esta pesquisa, o integralismo, representado pela AIB, e posteriormente, a UDN. Com diferentes características e períodos históricos, os dois grupos políticos representaram grande incidência na dinâmica econômica e social do país.

Em relação à caracterização desses movimentos no bojo do capitalismo dependente e suas determinações, é evidente a inspiração do integralismo nas experiências fascistas clássicas. A AIB (1932-1937) apresenta toda uma estética fascista, com uniformes semelhantes; saudações; e seu lema “Deus, Pátria e Família”. Além disso, em relação à construção do pensamento integralista, também há características muito semelhantes às experiências italiana e alemã, como por exemplo a construção do mito nacional; sua perspectiva frente à luta de classes; seu antiliberalismo e anticomunismo.

No entanto, o fascismo clássico, como apresentado no tópico 3, que representa o segundo capítulo desta monografia, tinha, dentre outros aspectos, uma função essencial para as classes dominantes de seus países: alavancar a acumulação de capital desses países com vistas a um projeto imperialista. Ou seja, é um ponto fundamental do fascismo, a disputa interimperialista. O integralismo, mesmo idealizando a nação brasileira com seu chauvinismo, apresentava uma proposta econômica regressiva, muito por sua ligação com as oligarquias. Essa proposta contra a modernização, a urbanização e conseqüentemente contra a acumulação de capital pelos setores industriais, ia de encontro com a perspectiva fascista de disputar o imperialismo. Na realidade, as conseqüências práticas dessa proposta, era a acomodação total do Brasil em uma economia agroexportadora.

Contudo, como vimos a partir de toda a exposição, a burguesia industrial emerge no Brasil por necessidade da agroexportação. Portanto, a própria proposta integralista se demonstra enquanto um contrassenso, pois seu projeto de país da organização, em última instância, vai contra as necessidades das classes que o sustentam.

Todavia, como não estamos discutindo a viabilidade desse projeto reacionário de país, é preciso voltar à sua caracterização. É possível notar que o integralismo foi um movimento com um conteúdo reacionário oligarca com inspirações e tendências fascistas, e autoritário em sua forma. No entanto, apresenta esta diferença fundamental em relação ao fascismo clássico: possuía um ideal de regressividade econômica e não se colocava na disputa interimperialista.

O integralismo, em suas propostas, criticava a influência estrangeira no Brasil, tais propostas não eram funcionais para a intensificação da dependência, tendo em vista que as necessidades do capital externo se alteraram e para sua própria acumulação, era necessário

conquistar novos mercados e subtrair o mais-valor produzido, e não somente usufruir da economia de agroexportação desses países. Portanto, a AIB não foi um agente social para a consolidação do capitalismo dependente no Brasil, pois tensionava para um outro projeto de país, ainda autoritário, chauvinista, anticomunista e ligado às oligarquias rurais.

Com relação à atuação do outro grupo político tomado como objeto de nossa pesquisa, é possível identificar que a UDN (1945-1965)<sup>40</sup> foi um partido com uma maior complexidade, pois abrigou diferentes grupos antigetulistas. No entanto, havia, de acordo com o estudo realizado, uma hegemonia golpista e autoritária dentro do partido, com seu maior representante sendo Carlos Lacerda. A UDN surge a partir da defesa da democratização, para se contrapor a Getúlio Vargas, porém, o movimento assimila seu liberalismo a um golpismo, autoritarismo, anticomunismo e elitismo, juntamente ao moralismo cristão e ocidental. Os udenistas encontraram nos EUA um exemplo a ser seguido, e um patrocinador de seus atos golpistas.

Já na década de 1960, a UDN teve papel fundamental na articulação das forças armadas; dos setores médios da sociedade — a quem o partido voltava sua retórica —; e dos interesses imperialistas e das classes dominantes no Brasil. Articulação que culminou no golpe de 1964, em que a UDN, e posteriormente os udenistas saídos da organização, compuseram os governos do regime, mesmo Carlos Lacerda se colocando como oposição a Castello Branco — não pelos motivos corretos, mas por considerá-lo legalista demais, de acordo com Benevides (1981).

Portanto, é notório que o reacionarismo protagonizado pela UDN se diferencia do reacionarismo integralista. A UDN se ligava umbilicalmente aos interesses imperialistas, propunha, em seu projeto liberal, a abertura econômica ao capital externo, fator fundamental para a consolidação da dependência no Brasil. Como já vimos, a consequência desse investimento externo na economia dependente, gerou um ciclo do capital com características particulares — o privilegiamento do capital externo, por partir de condições mais avançadas de produção, constituiu um desnível econômico em relação ao capital local, fundamental para o estabelecimento da superexploração da força de trabalho, da quebra do ciclo do capital e da atrofia do mercado interno.

Logo, a UDN, ao articular, junto às forças armadas e ao imperialismo, o golpe de civil-militar de 1964, sem esquecer da mobilização dos setores médios<sup>41</sup>, teve papel

---

<sup>40</sup> A partir de 1965 absorvida pela ARENA.

<sup>41</sup> Como por exemplo as “marchas da família com Deus pela liberdade”.

fundamental na consolidação da dependência brasileira, e conseqüentemente na desnacionalização do capital, no rebaixamento dos salários, no dismantelamento das reformas de base, incluindo a reforma agrária. Ou seja, a UDN teve um papel político de grande força na dinâmica econômica do país e no projeto da ditadura militar que se alinhava à consolidação da subordinação.

Dessa forma, o partido apresentava um reacionarismo que, mesmo com práticas que associamos ao fascismo, como a perseguição política, o autoritarismo, o anticomunismo, representou um fenômeno diferente do fenômeno fascista. Pois ao invés de possuir um pensamento chauvinista de dominação imperialista, a UDN se subordinava ao imperialismo representado pelos EUA. Nesse sentido, a UDN representava um reacionarismo subordinado ao imperialismo, apoiado pelas classes dominantes internas.

Com isso, constatamos que os fenômenos sociais que se apresentam em cada condicionalidade histórica devem ser analisados a partir da realidade material em que emergem; a partir da configuração de classe; das especificidades do Estado; da forma como as relações sociais de produção são estabelecidas. Isso porque, só é possível conceber tais fenômenos a partir de sua materialidade, e não por associações idealizadas. E para nos posicionarmos contra e combatê-los, como é o caso dos diversos movimentos reacionários que ainda persistem no Brasil, é necessário apreender sua constituição de classe; seus interesses reais; ou seja, sua verdadeira feição, sua essência.

E para desvelar sua essência, é necessário ir para além da retórica desses movimentos. Como vimos no tópico denominado: *O Papel Do Reacionarismo Na Consolidação Do Capitalismo Dependente*, a UDN voltava suas formulações à pequena burguesia e aos profissionais liberais, porém, defendia os interesses das oligarquias, do capital monopolista interno e externo. Interesses que são diametralmente opostos aos interesses econômicos desses setores médios, pois são desfavorecidos com a atrofia do mercado interno e dos salários. Sendo assim, para os dias atuais, como um exemplo, será que aqueles que falam aos setores médios, com o mesmo elitismo e semelhante autoritarismo, realmente defendem os interesses destes setores? Será que aqueles que se dizem patriotas, defendem algum interesse da “nação”? Se realmente defendem, o que não nos parece a resposta correta, o fazem isso de maneira chauvinista ou de maneira anti-imperialista, em defesa dos povos oprimidos? Será que aqueles que mobilizam a fé de uma população desassistida pelo Estado, para seu projeto reacionário, o fazem de maneira ideológica ou de maneira puramente pragmática? Essas são questões que a presente monografia não pôde responder, mas, ao analisar a formação social do Brasil, ela pretende provocar estudiosos sobre a realidade brasileira a entender a atual

dinâmica do país e suas disputas. Nesta monografia fica evidente, a partir da análise realizada, que existem grupos políticos internos em que seus interesses políticos e econômicos são realizados a partir da subordinação do país a potências estrangeiras. No entanto, as questões do presente exigem maior aprofundamento e estudo, o que representa nosso interesse para projetos futuros, bem como a retomada dos pontos possam ter ficado em aberto.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de. Partido Comunista Brasileiro (PCB). In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6069>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BATISTELLA, A. A Era Vargas E O Movimento Operário E Sindical Brasileiro (1930-1945). **Unesco & Ciência**. v. 6, n. 1, 2015. p. 21-34.
- BENEVIDES, M. V. de M. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CARDOSO, R.; BRITO, F. O governo militar de Bolsonaro é neoliberal? **Blog da Boitempo**, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/13/o-governo-militar-de-bolsonaro-e-neoliberal/>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- CHASIN, J. **A Miséria Brasileira 1964 - 1994: do golpe militar à crise social**. Santo André: estudos e edições Ad Hominem, 2000.
- FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FIDELIS, T. Estado Dependente Latino-Americano: a contrainsurgência como característica particular. In: OROZCO, R.; FIDELIS, T.; ALCÁNTARA, J. V. B.; LEGUIZAMÓN, R. A. Q. (orgs.). **Viejas y Nuevas Derechas en América: contrainsurgencia, despojos y sentidos comunes**. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 155-195.
- FORJAZ, M. C. S. Tenentismo. In: **Atlas Histórico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tenentismo> Acesso em: 17/01/2026.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. **O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- KONDER, L. **Introdução ao Fascismo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KURI, G. R.; FIDELIS, T. Estado Dependiente y Reproducción Atrofiada de la Fuerza de Trabajo Bajo el Neoliberalismo en América Latina. **Estudios Latinoamericanos**. Nueva Época, n. 53, 2024. p. 67-89.

LAIDLER, C. V. Introdução. In: LAIDLER, C. V. (org.). **Capítulos da Doutrina Monroe:** apontamentos sobre as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

LEAL, C. E. Tribuna da Imprensa. In: **Atlas Histórico do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6390> Acesso em: 16/01/2026.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. *E-book*.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate.** Salvador, v. 9, n. 3, dez. 2017. p. 325 - 356.

MARINI, R. M. Estado e Crise no Brasil. in: CASTELO, R.; PRADO, F. C. (orgs.). **Dependência e Revolução na América Latina:** textos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2025. p. 64-80.

MARINI, R. M. O Ciclo do Capital na Economia Dependente. in: CASTELO, R.; PRADO, F. C. (orgs.). **Dependência e Revolução na América Latina:** textos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2025. p. 179-196.

MARINI, R. M. O Estado de Contrainsurgência. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas.** [S.l.] v. 12, n. 3. 2018.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, F. F. O Autoritarismo Instrumental no Pensamento Político de Carlos Lacerda (1950-1955). **Intellèctus,** Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2022. p. 248-272.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

QUADROS, M. P. dos R. Partido De Representação Popular (PRP): apenas o integralismo sob nova roupagem?. **Oficina do Historiador,** Porto Alegre, v. 3, n. 2. 2011. p. 78-92.

SALGADO, P. **Manifesto de Outubro de 1932 (Doutrina Integralista)**. Varginha, 1932.  
Disponível em: <https://archive.org/details/ManifestoDe7DeOutubroDe1932/page/n5/mode/2up>  
Acesso em: 13/01/2026.

SANTOS, T. dos. **Evolução Histórica do Brasil**: da colônia à crise da “Nova República”.  
São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTOS, T. dos. **Socialismo ou Fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2020. *E-book*.